



76 277 Inverno . 2017 . Mensa . 0,50€

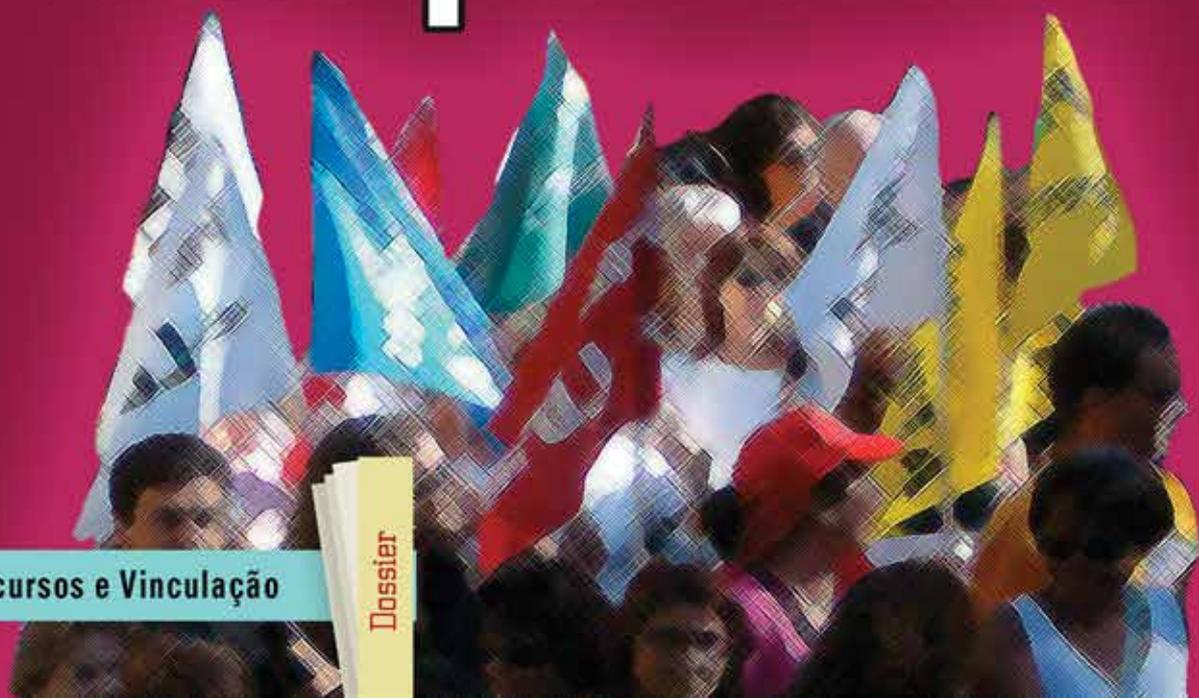
**Vinculam
3500 mas...**



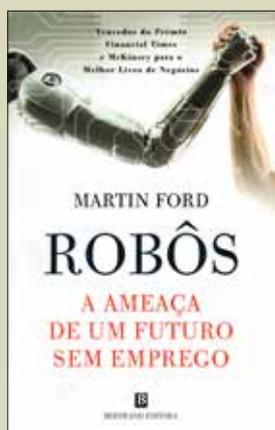
**quantos
ficam por vincular?**

Concursos e Vinculação

Dossier



LEITURAS



Ford, Martin

Robôs – a Ameaça de um Futuro sem Emprego,
Bertrand Editora, Lisboa, 2016.

As revoluções industriais anteriores destruíram empregos, mas contribuíram para a criação de novos empregos. Assim, a mecanização da agricultura gerou desenvolvimento do trabalho na indústria. Por sua vez, a automatização e a globalização diminuiu a força de trabalho industrial, mas aumentou o número de trabalhadores no setor terciário. Em ambos os casos, verificou-se uma melhoria generalizada do nível de vida e uma repartição relativamente equitativa dos ganhos de produtividade. Hoje em dia, este ciclo virtuoso está a acabar: por exemplo,

um trabalhador com funções de supervisão ganha atualmente nos Estados Unidos 13% menos do que ganhava em 1973, apesar de a produtividade ter aumentado 117%. Em 2010, o diário norte-americano "Washington Post" referia que na primeira década do novo milénio não foi criado nenhum novo posto de trabalho, em contraste com o período da estagflação dos anos 70 do século XX, em que houve um aumento líquido de 27%. Martin Ford atribuiu esta evolução à expansão da robotização na indústria e nos serviços que elimina empregos nos setores de trabalho intensivos sem criar, em contrapartida, novos empregos. A instalação de robôs cresceu globalmente 60% na indústria entre 2000 e 2012 e, graças à rápida inovação tecnológica, pode estender-se a operações mais complexas do que a simples montagem de componentes. Nos serviços, o setor de pronto a comer, que fornece emprego mal pago a centenas milhares de trabalhadores, regista a tendência para automatização integral. No retalho, as lojas *on line* expandem-se cada vez mais, as máquinas de venda automática abrangem uma gama cada vez mais diversificada e complexa de produtos e desenvolvem-se as lojas virtuais, onde os consumidores podem encomendar os produtos que desejam por telemóvel. Mas este movimento não se limita a eliminar empregos de rotina, já que se estende a um número crescente de setores de trabalho qualificado e semiqualificado, criando uma forte polarização entre o topo de uma pirâmide laboral, em que impera um

número restrito de profissionais muito bem pagos, e uma massa de trabalhadores mais ou menos indiferenciada que passa de um trabalho de rotina para outro.

Como alternativa a esta carência futura de empregos, Martin Ford propõe o estabelecimento de um rendimento básico garantido extensível a todos os cidadãos. No entanto, o acesso universal a este rendimento acaba por ter uma contrapartida perversa: o desmantelamento progressivo das funções sociais do Estado de bem-estar, na base de uma pretensa desburocratização inovadora que transformaria cada um num pretense sujeito responsável pelo seu próprio destino. Melhor, mas insuficiente, é a sua proposta de aumentar tributação nas indústrias robotizadas que geram enormes excedentes, bem como um incremento do número de escalões fiscais sobre os rendimentos muito elevados. Nestas propostas falta o que me parece ser mais importante: uma redução generalizada do horário de trabalho sem diminuição da remuneração, já que os lucros não têm parado de aumentar à custa de salários, bem como a criação de novos setores intensivos em conhecimento e talento no âmbito da cultura e do tempo livre, assim conquistado às formas precárias e rotineiras de trabalho intensivo. Mas tal situa-se para além dos horizontes de um capitalismo realmente existente regido pelas relações mercantis e o lucro.■

Joaquim Jorge Veiguiña

Descentralização em regime de empreitada

Uma porta aberta contra a universalidade dos serviços públicos

As eleições autárquicas estão à porta. O bom senso aconselharia alguma ponderação relativamente a alterações de fundo no campo das competências municipais já que, como todos sabemos, a pressa é má conselheira, como foi aliás realçado na tomada de posição da FENPROF sobre o assunto. No entanto, nenhum dos partidos com assento parlamentar parece disposto a perder o comboio da descentralização que entrou em regime de TGV com a aprovação, pelo Conselho de Ministros de 16 de fevereiro passado, da proposta de Lei que estabelece o quadro de **transferência de competências** para as **autarquias locais** e para as **entidades intermunicipais**. As áreas a transferir incluem a educação, a saúde, a ação social, os transportes, o policiamento, e muitas outras. O chamado “envelope financeiro”, que acompanhará esta descentralização, conterà um aumento de 5% nas verbas a transferir para as autarquias. O Sr. Presidente da República já “abençoou” a iniciativa do governo.

A proposta de Lei prevê a sua aplicação no início de 2018 e admite “*o faseamento da concretização até ao fim do ano de 2021*”. A Regulamentação da Lei será feita “*através de decretos-lei setoriais que preveem os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários*” e a transferência de competências em causa será feita de forma “*permanente e universal*”, o que leva o Governo a declarar que ela não porá em causa “*a natureza pública das políticas e deve garantir a universalidade do serviço público e a igualdade de oportunidades no acesso ao mesmo*”. O principal argumento para a bondade da iniciativa centra-se na proximidade das decisões e na maior eficiência e eficácia dos serviços prestados aos cidadãos.

Chegados aqui, o que nos separa do famigerado processo de municipalização ensaiado pelo Governo PSD/CDS na anterior legislatura, processo esse que contou com a tenaz oposição do SPGL/FENPROF? De essencial muito pouco. Na altura, exigimos um debate alargado que o governo de direita recusou. Agora, a possibilidade desse debate alargado foi completamente dinamitada pelos partidos e pelo Presidente da República que querem “fechar” o assunto até ao Verão. Na altura, demonstrámos que se o objetivo era a questão da proximidade nada melhor do que, no caso da Educação, reforçar a autonomia das escolas e permitir-lhes mais democracia. Agora, defendemos exatamente o mesmo, como a FENPROF já tornou público: as escolas são a estrutura mais próxima dos alunos e das famílias, exatamente porque aqueles e estas fazem parte da comunidade educativa. Por isso, o debate alargado, afastado do raio de ação imediato das eleições autárquicas, que envolva uma posterior negociação com os representantes dos professores para as questões educativas, é fundamental e uma exigência de que não abdicaremos.

As declarações governamentais sobre a manutenção da “universalidade dos serviços públicos” ou sobre a “salvaguarda absoluta” do domínio pedagógico da escola e do regime de carreiras dos professores, que se manterá como uma carreira nacional, valem o que valem nesta fase de lançamento do processo. Todos sabemos como as coisas acabam quando não há debate e negociação com os principais interessados. Por outro lado, também sabemos que a maioria dos municípios portugueses não tem condições para absorver a complexidade das novas competências. A tentação de “externalização” dos serviços, leia-se privatização, ficará ao dobrar da esquina. E com ela será pulverizada a igualdade de oportunidades! Não podemos permitir que isso aconteça! ■

ficha técnica:

Director: José Alberto Marques . **Chefe de Redação:** António Avelãs . **Conselho de Redação:** Luis Viana, Joaquim Veiguinha, Rolando Silva, Isabel Pires . **Redação:** Lígia Calapez (Jornalista). **Fotojornalista:** Paulo Machado . **Design Gráfico e Paginação:** Dora Petinha . **Capa:** Dora Petinha . **Composição:** Fátima Caria . **Revisão:** Lígia Calapez . **Impressão:** CLIO BY RIP-ARTES GRÁFICAS, LDA. Rua do Rio, 28-Parque Industrial da Bajoca, Sacotes, 2725-524 Mem Martins. Edição e Propriedade de: **Sindicato dos Professores da Grande Lisboa**, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa . NIPC: 501057528 Periodicidade: Mensal. Tiragem: 17 500 Depósito legal: 9157/85 . ICS: 109893.



2 Sugestões

3 Editorial

5 Dossier

Concursos e Vinculação

17 Cidadania

Trump e o Futuro

18 Reportagem

Dia dos Namorados nas escolas

21 Escola/Professores

21. Exigimos a reposição da legalidade nos horários de trabalho

22. Calendário escolar da Educação Pré-escolar

22. Acordo de Empresa na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

23. 8ª Conferência Nacional de Inter-reformados/CGTP-IN

24. Reflexão sobre o actual momento da situação política

25. Temos pela frente grandes desafios

27. A precariedade no Ensino Superior e Investigação

27. Conselho Geral aprova orçamento para 2017

28. Glass Ceiling e reprodução do poder social no masculino

30 Nuno Júdice, A convergência dos ventos

31 Persistência da FENPROF permitiu corrigir aplicação da norma

32 Internacional

A ciência deve estar comprometida com os princípios éticos e morais

33 Aos Sócios

35 Consultório Jurídico

Faltas por doença do pessoal docente com vínculo de emprego público (aspectos mais importantes)

Negociações sobre o diploma dos concursos e vinculação

Balço e análise política

PÁGINA

6

Uma leitura vesga e míope da Presidência da República

A propósito da promulgação do diploma sobre concursos e vinculação dos professores, a Presidência da República sublinha que "(...) o Orçamento de Estado (...) não pode assegurar o emprego de todos (...)". Mas tem de assegurar outras coisas. A saber:

- O respeito por quem tem vindo a possibilitar há muitos anos o ensino e educação dos nossos jovens, muitas vezes com a "casa às costas" todos os anos e que têm direito a uma estabilidade laboral há muito merecida. Retomando a "capa" deste EI - a vinculação de quase 3500 docentes não pode esconder que muitos outros, com o mesmo tempo de serviço, ficaram por vincular. Os orçamentos de Estado têm de garantir a dignidade e a estabilidade laboral de quem para ele trabalha.

- As condições para o urgente rejuvenescimento do corpo docente, publicamente reconhecido como envelhecido, desgastado, "stressado" e ameaçado por elevadas situações de "burnout". Medidas urgentes que viabilizem a aposentação excecional dos docentes permitirão a entrada de alguns milhares de docentes qualificados à espera de terem lugar e provavelmente conduzirão a uma melhoria das aprendizagens.

- O relançar a educação ao longo da vida, campo que o governo da *troika* deixou deserto e que obrigará também à contratação de docentes.

Em suma: a (lamentável) baixa natalidade com que o país se confronta não é o único vetor a ter em conta na matéria da vinculação dos professores e educadores. A nota da Presidência da República parece-me bastante vesga e míope.

Miguel André



Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO Nº277 fevereiro 2017

■ Concursos e Vinculação

As negociações em torno do diploma de concursos e vinculação é o tema deste Dossier, que abre com uma entrevista de balanço e análise política de Anabela Delgado. O Dossier inclui ainda a ata de encerramento das negociações, com as posições do ME e da FENPROF. E encerra dando particular destaque à democratização da escola, “uma tarefa socialmente inadiável”. ■

Negociações sobre o diploma dos concursos e vinculação

Balço e análise política



Anabela Delgado fez parte, na qualidade de dirigente do SPGL, da comissão que negociou com o Ministério da Educação as alterações ao diploma dos concursos, incluindo as propostas de vinculação extraordinária. Num momento em que o processo está quase terminado (falta ainda a ata final...) e já é conhecido o conteúdo do diploma aprovado em Conselho de Ministros, propusemos-lhe uma entrevista de balanço e de análise política.

No encerramento das negociações, a FENPROF acentuou o seu desagrado perante o Ministério da Educação. Faz ela um balanço negativo deste processo negociado?

Faço um balanço tendencialmente negativo em termos de resultados finais, designadamente no que diz respeito ao universo dos professores que não serão abrangidos pelas normas de vinculação. Sendo relevante o número total das pessoas que serão abrangidas pelo processo, o número fica ainda muito distante do que seria necessário para combater a enorme precariedade que se vive na profissão!

Para além disso, também este governo continua a “esquecer” que os professores do ensino artístico e de técnicas especiais que garantem este tipo de ensino nas escolas públicas, também vivem uma situação de precariedade, e não é aceitável que só se preveja olhar para isso em 2018. É que a diretiva comunitária abrange todos os trabalhadores, logo, todos os professores, ainda por cima, este grupo de docentes é muito pouco numeroso.

Se a argumentação do M.E. é considerar injusto manter tantos anos (pelo menos 12) profes-

res em situação precária, como contratados, faz sentido vincular apenas uma parte desse universo?

Claro que não, e é bom recordar que a proposta da FENPROF continua a ser a da consagração do direito à vinculação aos docentes desde que tenham três anos de serviço. Contudo, no processo negociado, confrontados com a impossibilidade do Ministério da Educação aceitar a discussão do problema nestes termos e, perante as propostas por si apresentadas de um processo de vinculação extraordinário para vincular os docentes com maior número de anos em situação de precariedade a par de um ajustamento, ainda não suficiente, da chamada “norma travão”, a FENPROF bateu-se por alargar o mais possível o número de professores e educadores a abranger pelo processo de vinculação extraordinária.

Perante a discussão dos critérios a aplicar para a seleção dos candidatos com 12 anos de serviço a vincular (a 1ª proposta foi de 20 anos), clarificada que estava a posição final do ministério sobre o número de docentes a vincular que deveria corresponder ao número de docentes que em 2016/17 tivessem obtido colocação em horário completo, correspondendo,

na opinião do ME, a necessidades permanentes do sistema, a FENPROF sabendo que o critério “colocação em horário completo”, pelos próprios mecanismos do concurso, não abrangeria necessariamente os docentes com 12 anos de serviço, com maior graduação, contestou essa proposta e defendeu que fosse o critério da graduação profissional, que tem a aceitação geral da classe no âmbito dos concursos, a definir os docentes a vincular.

Há professores e educadores contra a chamada “norma travão”. Terão eles alguma razão?

Na verdade, a chamada “norma travão” foi o processo que o anterior governo encontrou para dar alguma resposta aos processos contra o Estado português pela não transposição para a lei nacional da Diretiva 1999/70/CE, que obriga os Estados a não eternizar as situações de discriminação, não só quanto à precariedade dos vínculos laborais. Neste contexto e, considerando que anteriormente à existência da dita norma, o ingresso nos quadros dependia exclusivamente da vontade dos governos abrir um maior ou um menor número de lugares de quadro, tendo havido um ano em que com esse critério, embora fossem

já milhares os docentes em precariedade, apenas ingressaram nos quadros 3 docentes, isto é, apenas vincularam 3 docentes, a dita “norma travão” tem sido “um mal menor”. De qualquer forma, chame-se o que se chamar, não podemos admitir que continue um vazio relativamente à limitação de contratos precários entre os trabalhadores do Estado, tal como acontece com o setor privado.

Ao longo das negociações, alguma vez a FENPROF considerou a hipótese de assinar um acordo com o ME sobre estas matérias?

O ponto de partida das propostas apresentadas pelo ME não deu sinais de que fosse fácil chegar a acordo sobre alguns dos princípios fundamentais para a FENPROF. A estratégia foi trabalhar arduamente para alcançar o melhor diploma legal possível para os professores e para as escolas. Neste contexto, quanto ao documento final, a FENPROF defendeu muito cedo a assinatura de uma ata final onde ambas as partes pudessem registar as suas posições e compromissos assumidos pelo ME relativamente a propostas apresentadas pela FENPROF.

Que diferenças entre este processo negocial – o primeiro de longo fôlego com a atual equipa do M.E. – e os que decorreram com a equipa de Nuno Crato?

É importante registar que ao fim de uns quantos anos, estivemos finalmente na presença de um verdadeiro processo negocial, que, não sendo perfeito, as posições/e propostas da FENPROF e, presumo das outras organizações sindicais que estiveram envolvidas, foram ouvidas, analisadas e aceites ou não como é natural em todos os processos negociais. Isto é, não se tratou de uma espécie de ritual cumprido exclusivamente por imposição legal.

Há quem considere que o acordo final neste processo marca o termo do apoio da FENPROF à atual equipa ministerial. É mesmo



assim?

Julgo que não cabe à FENPROF nem às organizações sindicais apoiar este ou aquele governo, mas apoiar e defender os interesses da classe que representam. Isto não quer dizer que sejamos indiferentes aos governos que se formam... As posições e o próprio programa deste governo estão evidentemente mais próximos das posições defendidas pela FENPROF e sindicatos que a constituem. Por outro lado, na Assembleia da República existe uma maioria mais favorável aos justos anseios profissionais da classe, mas não podemos esquecer que isso não basta, os sindicatos têm de continuar a trabalhar no sentido de mobilizar os professores para manterem vivas as justas reivindicações da classe.

Quais as prioridades negociais da FENPROF? Coincidirão elas com as do Governo/Ministério da Educação?

Parece cada vez mais evidente que há duas/três questões centrais que os professores querem ver tratadas urgentemente, para além da precariedade, dos horários de trabalho e da democratização da gestão das escolas: o descongela-

mento das carreiras, e as regras de aposentação.

Quanto a salários, tenho a ideia que hoje as escolas estão a funcionar com docentes que em termos salariais, usufruirão em média, salários líquidos na ordem de 1300/1400 euros, o que é inaceitável. São milhares os docentes que há cerca de 10 anos não têm qualquer progressão na carreira, o tempo de serviço que têm prestado continua a não ser reconhecido para carreira, etc.

Quanto à aposentação, é por demais evidente que há um conjunto largo de docentes que apanhados num período bastante avançado da carreira, em termos de tempo de serviço, pela alteração abrupta das regras de aposentação a que se juntou um agravamento dos horários de trabalho, estão profundamente esgotados e anseiam, como nunca, a chegada do dia da aposentação!

Se estas questões são também prioridade do Governo/ME, veremos. O certo é que o Governo tem de dar sinais claros sobre a sua posição relativamente a estas questões. Os professores não aceitarão uma não resposta ou uma resposta qualquer. A FENPROF e os seus sindicatos darão voz a essas exigências da classe. ■

Ata de encerramento de negociações sobre o diploma de concursos e vinculação

Mesmo quando, como é o caso presente, as partes que negociam não chegam a um acordo, há lugar a uma ATA final em que cada uma das partes regista o que considerou de concordância (se houver) e de discordância. No caso vertente, a FENPROF registou o que considera positivo e os pontos em que as suas propostas não mereceram aceitação por parte do ME. Além disso, esta ATA regista alguns compromissos para o futuro assumidos pelo ME. A concretização desses compromissos depende também da nossa "atenção" e da nossa luta. Sublinhe-se que à data de encerramento deste EI a ATA ainda não foi assinada pelo que o texto poderá sofrer alterações.

Concluído o processo negocial aberto ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 3 do artigo 347.º da Lei Geral do trabalho em Funções Públicas (Lei nº 35/2004, de 20 de Junho) em que esteve em discussão o projeto de alteração ao Decreto-Lei nº 132/2012, de 27 de junho bem como o projeto de portaria de vinculação extraordinária de docentes, entre a Federação Nacional dos Professores – FENPROF e o Ministério da Educação é assinado o presente documento, que traduz o posicionamento das partes em relação aos principais aspetos em discussão.

Assim cumpre assinalar:

Por parte do Ministério da Educação:

Alteração ao Decreto - Lei nº 132/2012, de 27 de junho

A revisão do Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, tem como objetivo melhorar a gestão dos recursos humanos da educação no equilíbrio de duas ideias força: permitir uma maior estabilidade e valorização dos profes-

sionais que trabalham nas escolas, rentabilizando, em paralelo, os recursos humanos através da adoção de mecanismos gestionários mais eficazes e garantindo dessa forma a estabilidade dos projetos pedagógicos e aprendizagens dos alunos.

Assim, destacam-se as medidas que visam:

- A redução do número de anos necessário à celebração de contrato de trabalho por tempo indeterminado.

A situação precária prolongada em que se encontram muitos docentes (que preenchem necessidades permanentes das escolas) tem obrigado a uma renovação sucessiva de contratos. A redução do limite de contratos a termo visa, por um lado, permitir o cumprimento efetivo da mencionada Diretiva Comunitária e, por outro, concretizar um dos objetivos do Programa do XXI Governo, a promoção do emprego e o combate à precariedade.

Nestes termos, um docente contratado que tenha celebrado quatro contratos sucessivos ou tenha três renovações de contrato em quatro anos passa a poder ingressar no quadro (QZP) (situação que até aqui apenas se aplicava a docentes com cinco contratos/quatro renovações). A redução fi-

xada teve em conta a plurianualidade do concurso interno (quatro contratos ou três renovações).

- Uma maior equidade no acesso a concurso interno no caso de docentes que pretendem mudar de lugar de quadro.

Permitindo aos docentes dos Quadros de Agrupamento/Quadros de Escola (QA/QE) aceder a lugares disponíveis em primeira prioridade, face aos docentes dos Quadros de Zona Pedagógica (QZP), que têm nos últimos anos ficado colocados nos concursos externos extraordinários, aos quais os QA/QE não podiam concorrer.

Com efeito, a alteração das prioridades do concurso interno, irá permitir a aproximação à residência dos docentes, fomentando a estabilidade do corpo docente e promovendo a dignificação da carreira.

Paralelamente à adoção desta medida, e para que a mesma possa ter efetiva expressão, o Ministério da Educação irá efetuar o levantamento das dotações dos mapas de pessoal docente dos Agrupamentos de Escolas/Escolas não Agrupadas (AE/EnA) com vista à abertura de vagas já no próximo concurso interno (2017/2018).

- O reconhecimento de prioridade, no âmbito da mobilidade interna, aos docentes de QA/QE



sem componente letiva, reforçando a plurianualidade e melhorando a gestão de recursos.

Através da consagração de regras em sede de mobilidade que potenciam um maior número de horários preenchidos com docentes de carreira (sejam vinculados a AE/EnA seja a QZP's).

- Reforço das condições de mobilidade dos docentes com deficiência permanente, visual ou motora. Os docentes portadores de deficiência visual total, amblíopes ou portadores de deficiência motora, de carácter permanente e que implique a locomoção em cadeira de rodas, podem requerer a sua permanência em determinado Agrupamento ou Escola onde se encontrem a lecionar (consolidação da mobilidade).

- Manutenção, a título transitório, da prioridade dos docentes que lecionem em escolas com contrato de associação.

Atendendo aos impactos que o estudo de rede, no âmbito da identificação de redundâncias relativamente aos contratos de associação, implicou no presente ano letivo, e uma vez que se antecipa que esse impacto se agudize próximo ano letivo, opta-se por introduzir uma norma transitória que faz com que a revogação da alínea c) do n.º 3, do artigo 10.º

apenas se verifique em 1/1/2019.

Portaria de Vinculação Extraordinária

No âmbito do combate à precariedade, tendo presente que há um conjunto alargado de docentes que, ao longo de vários anos, vem exercendo funções nos estabelecimentos de ensino públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário da rede do Ministério da Educação e que, por vicissitudes do sistema, ainda não conseguiram ver estabilizada a sua situação profissional, é criado um mecanismo de vinculação extraordinária que permitirá a abertura de concurso para celebração de contratos por tempo indeterminado para mais de 3.000 docentes.

Com efeito, e mesmo apesar da revogação do concurso da Bolsa de Contratação de Escola, os efeitos das colocações de professores com atraso, e de sucessivas alterações nem sempre de resultado justo, ainda se refletem atualmente, pelo que importa adotar medidas legislativas que permitam realizar essas correções. Nesse sentido, a introdução de um regime de integração extraordinária de docentes contratados, mediante concurso, tem como objetivo

permitir o acesso a docentes que, em função das colocações tardias do concurso da Bolsa de Contratação de Escola dos anos anteriores, não possuíam os contratos sucessivos anuais e completos.

Na determinação dos requisitos fixados para a vinculação extraordinária foi presente o equilíbrio entre o que demonstraram ser necessidades permanentes do sistema e o reconhecimento do exercício de funções docentes, por um período alargado de tempo, nos estabelecimentos de ensino públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário da rede do Ministério da Educação.

Foram fixados como requisitos para apuramento de vagas os que se referem à reunião cumulativa de:

- 4380 dias de tempo de serviço docente (Os últimos 12 anos correspondem a três ciclos de concurso interno - ponderado o baixo número de vagas abertos nos últimos ciclos de concurso interno -, concursos aos quais estes docentes, com a entrada em vigor da designada “norma-travão” deixaram de poder aceder, já que a entrada para os quadros destes docentes (docentes contratados) se faz agora unicamente através de concurso externo e com a en-

trada para Quadro de Zona Pedagógica)

- Existência de 5 contratos nos últimos 6 anos (A exigência de cinco contratos nos últimos seis anos em estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário da rede do Ministério da Educação é indicativa de uma relação laboral continuada com o empregador público Ministério da Educação).
- Horário anual e completo no ano letivo de 2016/2017 (A exigência de existência de horário anual e completo no ano letivo de 2016/2017 garante que a vaga em concreto corresponderá a uma necessidade permanente)

Apuradas as vagas por QZP e Grupo de Recrutamento, o preenchimento dessas vagas, identificadas como necessidades permanentes, respeitará o princípio da graduação profissional.

Paralelamente ao processo negocial em curso foram assumidos pelo Ministério da Educação os seguintes compromissos:

- Efetuar a regulamentação autónoma do regime das permutas;
- Proceder à emissão de orientação clarificadora quanto à aplicação do artigo 103.º do Estatuto da Carreira Docente;
- Analisar anualmente, a partir de 2018 e já para 2018/2019, a possibilidade de abertura de novos processos de vinculação extraordinária, os quais abrangerão os docentes do ensino artístico e especializado;
- Efetuar levantamento das dotações dos mapas de pessoal docente dos AE/EnA com vista à abertura de vagas no próximo concurso interno (2017/2018), tendo em consideração a perspectiva de evolução demográfica e de dinâmica da estrutura do corpo docente e, como fator indicativo para o efeito, a existência de preenchimento de horários anuais e completos nos últimos 4 anos, por grupo de recrutamento.
- Realizar, no corrente ano de 2017, um estudo com vista à definição das condições para a qualificação profissional dos docentes de LGP, tendo em vista a estabilização profissional deste

pessoal, e a criação de Grupo de Recrutamento no ano letivo de 2018/2019.

- Em matéria de periodicidade do concurso interno, mantém-se o princípio da periodicidade quadrienal, comprometendo-se, no entanto o Ministério da Educação, a ponderar em momento intermédio desse período a reavaliação da mesma.
- Ponderar e reavaliar a dimensão geográfica dos quadros de zona pedagógica.

Por parte da FENPROF:

Para a FENPROF, a revisão do Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, destinar-se-ia a permitir a estabilidade e valorização dos educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário que exercem a sua atividade nos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas da rede de estabelecimentos públicos, bem como a fixar critérios objetivos, transparentes e justos para o regime de concursos. Destinar-se-ia, ainda, a transpor de forma eficaz a Diretiva 1999/70/CE, de 28 de junho. Para a FENPROF, a garantia da estabilidade indispensável à concretização dos projetos pedagógicos e à melhoria das aprendizagens dos alunos exige um corpo docente estável nas escolas, devendo, nesse sentido, ser abertas vagas de QE/QA, de acordo com as suas necessidades reais, e não estabelecendo outros processos, como a plurianualidade ou a renovação, que não dão resposta efetiva às necessidades permanentes que se fazem sentir. Entende a FENPROF que o diploma final, entretanto aprovado em Conselho de Ministros, fica longe de cumprir os objetivos pretendidos, ainda que se reconheçam algumas melhorias relativamente ao disposto no Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho.

Face ao que antes se afirma, a FENPROF não chegou a acordo com o ME relativamente ao diploma que resultou deste processo negocial, fundamentando a

sua posição nos seguintes aspetos essenciais:

. Redução do número de anos necessários à abertura de vagas em concurso externo para celebração de contrato de trabalho por tempo indeterminado

Apesar do encurtamento, de 5 para 4 anos, do período de ligação contratual sucessiva exigido, foi mantido um conjunto inaceitável de outros requisitos de verificação cumulativa (horários anuais, completos, sucessivos, no mesmo grupo de recrutamento e prestados integralmente com habilitação profissional) que excluíram mais de 80% dos docentes que apresentam o requisito de tempo de serviço fixado. Como tal, manter-se-ão, na esmagadora maioria dos casos, as situações de abuso no recurso à contratação a termo, o que confirma estarmos perante uma norma inoperante que, como refere a Provedoria de Justiça em ofício que dirigiu à Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação, em dezembro passado, não transpõe, com eficácia, a Diretiva 1999/70/CE, a que o Estado Português está obrigado.

Entende a FENPROF que, mesmo em relação ao requisito tempo de serviço, este deveria ter sido fixado em 3 anos, pois, para o efeito em causa, por razões de igualdade de tratamento, a referência deveria ser o que se encontra estabelecido para o setor privado e não a plurianualidade do concurso interno, seja esta de 4 anos ou só de 2, como aliás tem vindo a verificar-se.

. Uma maior equidade no acesso aos concursos interno e de mobilidade interna, garantindo a todos os docentes de carreira igualdade de oportunidades

Com a inclusão dos docentes de carreira em prioridades distintas, de acordo com o quadro que integram, é violado o critério de ordenação com respeito pela graduação profissional, que deveria prevalecer no momento da colocação. Hoje, não exis-



te qualquer hierarquização dos diferentes quadros, podendo os docentes circular entre QE/QA e QZP, pelo que não faz sentido o ME criar prioridades distintas para os docentes de um e outro quadros, designadamente no âmbito do concurso interno; por outro lado, colocar os docentes de QE/QA em prioridade abaixo no concurso de mobilidade interna leva a que estes se vejam impossibilitados de se aproximarem da sua área de residência por via do concurso interno, dada a falta de vagas, acabando por ver, também por essa via, inviabilizada essa aproximação, ainda que não a título definitivo, o que não contribui para a sua estabilidade pessoal e profissional. A opção do ME promove o aliciamento dos docentes para que tentem transferir-se dos QE/QA para os QZP e a disponibilizarem-se, ainda que mais graduados, para serem declarados “horário-zero”, o que também não contribui para que se estabilize o corpo docente das escolas.

. Manutenção da prioridade dos docentes que lecionem em colégios privados com contrato de associação

Esta norma contraria o consenso verificado em sede negocial, em torno de proposta apresentada pelo próprio Ministério da Educação, desde a primeira reunião. Nunca, em qualquer momento, no decurso do processo negocial, aquela que veio a revelar-se como a decisão final do ME foi discuti-

da, ou seja, a FENPROF viu-se impedida do exercício do contraditório, do direito à contestação e do direito à negociação de todas as matérias com este processo relacionadas. A manutenção, nos próximos dois anos, do disposto na alínea c) do n.º 3, do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 132/2012, de 27 de junho, revela até um estranho conceito de combate à precariedade no Estado, que, segundo o Governo, é seu objetivo, pois coloca em pé de igualdade, em prioridade que é determinante para acesso a lugares de quadro, docentes que têm sido alvo de abuso no recurso, pelo Ministério da Educação, de contratação a termo, com docentes que pertencem aos quadros de entidades empregadoras privadas.

A FENPROF considera que, a confirmar-se o compromisso assumido pela Senhora Secretária de Estado Adjunta e da Educação de esta prioridade se confinar aos docentes que, no momento da candidatura, lecionam em turmas com contrato de associação, tal poderá, eventualmente, atenuar, de alguma forma, o impacto da medida, se forem criados mecanismos que, com rigor, confirmem essa condição.

A FENPROF, contudo, regista aspetos positivos, uns porque melhoram o anterior diploma, correspondendo, na maior parte dos casos, a propostas que apresentou, outros porque resultam da correção ou mesmo abandono, pelo ME, de propostas negativas

que apresentou, destacando as seguintes:

- . Consolidação da extinção das BCE;
- . Eliminação da interferência da avaliação do desempenho na graduação profissional dos docentes contratados;
- . Consolidação da mobilidade, com a passagem a definitiva, da norma aplicável aos docentes com deficiência permanente, visual ou motora;
- . Redução de 5 para 4 anos do período de ligação contratual para garantir a vinculação, embora, como antes se refere, a manutenção dos restantes requisitos, criados pelo Governo anterior e mantidos pelo atual, tenha como consequência uma aplicação muito restritiva da norma, o que, aliás, corresponde ao objetivo de quem os impôs;
- . Abandono, pelo ME, de propostas que apresentou e que, a concretizarem-se, fariam aumentar significativamente o número de horários-zero, desde logo o alargamento de 6 para 8 horas, da dimensão mínima do horário letivo abaixo da qual seria considerada ausência da componente letiva, ou o impedimento de o docente nessa situação se poder candidatar a um segundo grupo para o qual tivesse habilitação profissional;
- . Consideração dos docentes providos nos quadros das regiões autónomas em situação de reciprocidade relativamente aos docentes oriundos do continente que se candidatam aos concursos a

realizar naquelas regiões;

- . Possibilidade de candidatura a quatro grupos de recrutamento, depois de o ME ter proposto que esta apenas pudesse ter lugar a dois;
- . Manutenção do conceito de horário anual, com implicação na contagem de tempo de serviço para concurso, dos horários preenchidos através de reserva de recrutamento ocorrida até ao último dia legalmente fixado para o início das aulas, depois de o ME ter proposto que apenas se considerassem os preenchidos na contratação inicial.

Portaria da Vinculação Extraordinária

A FENPROF considera que os requisitos para esta vinculação extraordinária deveriam ter sido estabelecidos no corpo do Decreto-Lei e não em portaria, pois esta, sendo conjunta da Educação e das Finanças, faz prevalecer critérios de ordem economicista sobre o interesse das escolas e do respetivo corpo docente, como é notório pelo regime aprovado. A FENPROF não desvaloriza o facto de, com este mecanismo, poderem ingressar nos quadros e na carreira, segundo o ME, entre 3.019 e 3.200 docentes. Contudo, também não deixa de assinalar a insuficiência deste processo para a eliminação da enorme mancha de precariedade que afeta mais de 20.000 docentes, pelo que entende que, nos próximos 2 anos, deverão ser abertos novos processos de vinculação extraordinária. Ainda que essa abertura não tivesse ficado absolutamente clara ao longo do processo negocial, como, aliás, resulta do texto ora proposto pela Secretaria de Estado Adjunta e da Educação, não pode, no entanto, deixar de se registar positivamente o compromisso assumido, de forma clara, pelo Senhor Ministro da Educação na Assembleia da República, no debate realizado em sessão plenária no dia 24 de fevereiro, p.p., de que, efetivamente, seriam abertos processos de vinculação extraordinária nos próximos anos. A FENPROF admite que essa vin-

culação extraordinária, entretanto anunciada pelo Senhor Ministro naquela sessão parlamentar, seja faseada, de forma a garantir, até 2019, o ingresso nos quadros dos docentes que, em 2017, possuam 3 ou mais anos de serviço prestado em estabelecimentos da rede do Ministério da Educação, no mesmo grupo de recrutamento e ou com habilitação profissional. Por último, a FENPROF não deixa passar em claro a discriminação de que estão a ser vítimas os professores das escolas de ensino artístico especializado, a quem não se aplicou qualquer processo de vinculação extraordinária. No sentido de reparar essa discriminação, a FENPROF defende a abertura, ainda este ano e com efeitos ao próximo dia 1 de setembro, de um processo de vinculação extraordinária, devendo aplicar-se, para esse efeito, os mesmos requisitos adotados em 2014.

Paralelamente ao processo negocial, cuja síntese final consta deste documento, o Ministério da Educação assumiu ainda alguns compromissos sobre os quais a FENPROF emite as seguintes considerações:

- . Regulamentação autónoma do regime de permutas: a negociação deste regulamento deverá ter lugar de imediato, para que o regime a aprovar tenha aplicação em 2017/18;
- . Orientação clarificadora quanto à aplicação do artigo 103.º do ECD: a FENPROF saúda o facto de, na sequência da proposta que fez, os professores a quem, ilegalmente, foi descontado tempo de serviço para concurso, voltem a recuperá-lo para efeitos de próximos concursos, incluindo o que se realizará neste ano de 2017;
- . Abertura de novos processos de vinculação extraordinária: ainda que no presente documento o ME se limite a analisar anualmente a possibilidade de abrir novos processos de vinculação extraordinária, a FENPROF regista positivamente, como já afirmou atrás, o compromisso, entretanto, assumido pelo Senhor Ministro da

Educação, na Assembleia da República, de abertura desses mesmos processos de ingresso nos quadros, na sequência de concursos externos extraordinários;

- . A FENPROF avalia positivamente a adoção do requisito “*preenchimento de horários anuais e completos nos últimos 4 anos, por grupo de recrutamento*”, por parte de docentes que não pertencem àquele quadro, para abertura de vagas de quadro de escola ou agrupamento. Não pode, no entanto, deixar de manifestar preocupação quanto ao caráter restritivo de outros critérios que são referidos pelo ME e que introduzem uma forte carga subjetiva. Entende, contudo, ser muito importante a realização de reunião, no âmbito da Secretaria de Estado Adjunta e da Educação, como se comprometeu a Senhora Secretária de Estado, com vista a verificar a aplicação rigorosa dos critérios a respeitar;

- . Criação do grupo de recrutamento de LGP: a FENPROF considera muito importante a criação da comissão para definir as condições para a qualificação profissional dos docentes de LGP, de forma a que os professores já sejam colocados neste grupo de recrutamento em 2018/19, ou seja, ainda no quadro da atual Legislatura;

- . Ponderação, em momento intermédio do período quadrienal do concurso interno, da necessidade de abertura intercalar do concurso: não havendo consenso em relação a essa proposta, entende a FENPROF que a sua periodicidade não deveria ir além de bienal, sendo, aliás, o que aconteceu desde 2009, isto é, desde que o concurso passou a realizar-se de 4 em 4 anos;

- . Dimensão geográfica dos quadros de zona pedagógica: o que o ME afirma neste documento final negocial, a este propósito, é um não-compromisso que fica aquém do que admitiu em sede negocial, onde, assumiu o redimensionamento dos QZP, reconhecendo a excessiva área geográfica de alguns, ainda sem implicação no concurso a realizar este ano. ■

Democratizar a escola – uma tarefa socialmente inadiável



• António Avelãs

Dirigente do SPGL

Com o objetivo de relançar junto dos professores e educadores a discussão sobre a gestão e administração das escolas e dos agrupamentos (embora a existência destes, no seu atual formato, seja combatida pelos sindicatos da FENPROF) e de os envolver num processo que conduza à substituição do atual modelo por um outro que acentue a democraticidade nas escolas, os sindicatos da FENPROF lançaram, em todo o país, com exceção das regiões autónomas, um inquérito constituído por 11 questões que, no essencial, punham em alternativa a situação atual com a que resultaria da aplicação do projeto de gestão e administração defendido pelo FENPROF ou pelo menos que a ele se assemelhasse.

Sem ignorar as críticas que podem ser feitas, do ponto de vista técnico, ao modo como o inquérito foi apresentado e constituído, o número de respostas conseguidas – na sua quase totalidade através de idas diretas às escolas e em contato direto com os docentes – permite tirar conclusões sustentadas⁽¹⁾. Entre elas a de que a classe docente continua a preferir que a gestão da sua escola seja da responsabilidade de um coletivo – uma equipa de docentes eleita diretamente pelo conjunto de todos os professores e educadores, além de outros membros da comunidade educativa –, com clara rejeição do “diretor”. Interessante é verificar que esta preferência se nota mesmo nas escolas onde os docentes fazem uma avaliação positiva do diretor que têm e até de bom número de diretores. Por outro lado, se as respostas

são inequívocas quanto ao modo como os docentes querem eleger os coordenadores de departamento, recusando as atuais constrangimentos que a legislação permite aos diretores, os docentes dividem-se quase ao meio quanto à questão de saber quem deve presidir ao conselho pedagógico. É também significativo o número de respostas em que se considera que o Conselho Pedagógico deve ser apenas consultivo. Uma explicação possível para estes números é a interiorização de que deve haver um rosto, mesmo que coletivo, responsável pelo projeto educativo e sua concretização, mantendo um pouco da lógica que, neste campo, sustenta o atual modelo.

Como continuar?

Os resultados são claros quanto à opinião da classe docente. Sendo

público que o PCP pretende suscitar na Assembleia da República uma discussão que conduza à alteração do atual modelo, que o Bloco de Esquerda se prepara para o fazer, e que da parte do Partido Socialista há abertura para introduzir alterações, impõe-se pressionar os responsáveis pela área da Educação destes partidos para que o processo legislativo seja acelerado. Idealmente deveria antecipar-se aos processos de eleição (ou reeleição ou recondução) dos diretores, que decorrerão até Maio.

Mas por melhor e mais célere que seja o processo legislativo de alterações ao modelo do diretor – de preferência pela sua substituição radical – é necessário que os docentes se sintam motivados e interessados para assumirem uma participação efetiva na gestão e na vida das escolas. E isso não é tarefa fácil. Não precisamos apenas que haja professores que a tal se disponham: têm de ser os melhores de entre nós. Os melhores do ponto de vista pedagógico, reafirmando de forma inequívoca o primado da dimensão pedagógica sobre a capacidade administrativa, eventualmente conferida por cursos acelerados de gestão escolar, independentemente do papel positivo que uma preparação também nessas áreas possa desempe-

a democratização da escola – projeto muito mais amplo que a questão da gestão – não é uma questão apenas dos professores e educadores, e muito menos uma questão estritamente sindical, mas uma aposta a ser ganha por toda a comunidade escolar e pela sociedade em geral.

nar. Os mais céticos recordarão que a imposição do “modelo do diretor”, consubstanciando claramente uma visão empresarial da Escola em tudo oposta à visão pedagógica sustentada pela maioria da classe, foi facilitada pelo facto de nos últimos anos do Decreto-Lei 115/A de 1998 ter sido difícil em numerosas escolas a constituição de listas candidatas à gestão e nem sempre constituídas pelos melhores. A este ceticismo – justificado – há que reagir, sublinhando que a construção de uma Escola Democrática – projeto que, quero crer, continua a ser abraçado pela classe docente – não pode prescindir de uma gestão e administração democráticas dos espaços escolares.

Construir uma escola mais democrática

Uma gestão de matriz democrática é condição necessária para a democratização da Escola. Mas não é suficiente. Medidas anunciadas pela atual equipa do Ministério da Educação, pese embora o seu carácter ainda genérico, apontam num caminho correto e democratizante. É o caso do *perfil* que se pretende para os jovens no fim da escolaridade obrigatória, é o regresso possível das áreas de cidadania e de projeto. “Apostas” que parece estarem a motivar algum movimento entre os estudantes – em algumas escolas de Lisboa estão a organizar-se para exigirem uma maior e mais qualificada participação na vida das escolas – e em alguns setores da comunidade escolar. O “manifesto dos 21”⁽²⁾, entretanto com número de subscritores alargado, sublinha que a democratização da escola – projeto muito mais amplo que a questão da gestão – não é uma questão apenas dos professores e educadores, e muito menos uma questão estritamente sindical,

mas uma aposta a ser ganha por toda a comunidade escolar e pela sociedade em geral.

Como envolver a sociedade no processo de democratização da Escola?

Os professores e os educadores são muito ciosos – e bem! – do seu papel nas escolas, definindo como seu todo o campo pedagógico, combatendo a tentação de intervenção abusiva de poderes alheios à escola. Mas isso não pode conduzir ao fechamento da escola face à comunidade nem pode impedir que os órgãos autárquicos, as associações de pais, as dinâmicas económicas e culturais desempenhem o papel que lhes compete. O projeto da FENPROF confere esta função a um “Conselho Local de Educação”. Pode discutir-se a ideia. Mas o fundamental é encontrar espaços e formas de entendimento, de definição clara do campo de intervenção de cada um dos setores, com o objetivo de repor nas escolas uma vida democrática que tem vindo a ser cada vez mais diminuída.

Num momento em que as nuvens bem negras do racismo, da xenofobia, do aprofundamento das desigualdades sociais e de profunda crise social, corporizadas pela radicalização das forças de direita, pairam sobre a Europa e outras geografias, a formação democrática dos nossos jovens assume uma dimensão particularmente importante. Os educadores – professores, investigadores, intelectuais – não vão desertar neste combate. ■

(1) Ver os quadros das páginas seguintes.

(2) Ver a “Escola Informação” on line do mês de Janeiro de 2017, página 15.



**Semana de consulta
aos Professores e Educadores**

RESULTADO DO INQUÉRITO SOBRE O ATUAL REGIME DE GESTÃO ESCOLAR

TOTAL NACIONAL

Total dos professores que responderam ao Inquérito: 24 575

O número dos que escolheram cada uma das respostas é o que está indicado na coluna da esquerda:

1. O atual regime de gestão das escolas:

4 263	melhorou as relações de trabalho e as condições de participação nos processos de discussão e decisão.
17 249	aumentou as situações de abuso do poder, o clima de insegurança e de medo e o alheamento em relação aos assuntos da vida escolar.
2 765	outras respostas.

2. O órgão de gestão deve ser:

1 635	unipessoal (diretor que escolhe o subdiretor e os seus adjuntos).
22 667	colegial (equipa eleita por lista).
280	outras respostas.

3. O órgão de gestão deve ser eleito:

1 525	por um conselho de representantes da comunidade educativa (do tipo do atual Conselho Geral).
22 693	por todos os professores/educadores, funcionários e representantes dos encarregados de educação e alunos.
404	outras respostas.

4. Os candidatos ao órgão de gestão devem ser:

4 801	só docentes com formação especializada.
19 393	qualquer docente, cabendo aos eleitores avaliar a sua competência.
467	outras respostas.

5. O Conselho Pedagógico deve ser um órgão:

6 761	essencialmente consultivo.
16 643	predominantemente deliberativo.
1 056	outras respostas.

6. O Conselho Pedagógico deve ser presidido:

11 580	pelo diretor ou presidente do conselho de gestão.
12 668	por qualquer um dos seus membros.
325	outras respostas.

7. Os coordenadores dos departamentos devem ser escolhidos:

1 269	por nomeação de quem dirige a escola.
23 125	por eleição de todos os que fazem parte de cada departamento.
206	outras respostas.

8. Os coordenadores dos diretores de turma devem ser escolhidos:

2 936	por nomeação de quem dirige a escola.
21 344	por eleição de entre os docentes que são diretores de turma.
295	outras respostas.

9. A criação de (mega)agrupamentos teve como consequência:

2 604	uma gestão mais eficiente e uma melhor articulação entre as escolas.
20 211	a formação de unidades orgânicas desumanizadas e sem qualquer racionalidade pedagógica.
1 551	outras respostas.

10. A descentralização da administração educativa deve ser feita:

615	pela transferência de mais competências para as Câmaras Municipais.
22 130	pela transferência de competências para Conselhos Locais de Educação e pelo reforço da autonomia das escolas.
1 614	outras respostas.

11. A autonomia das escolas:

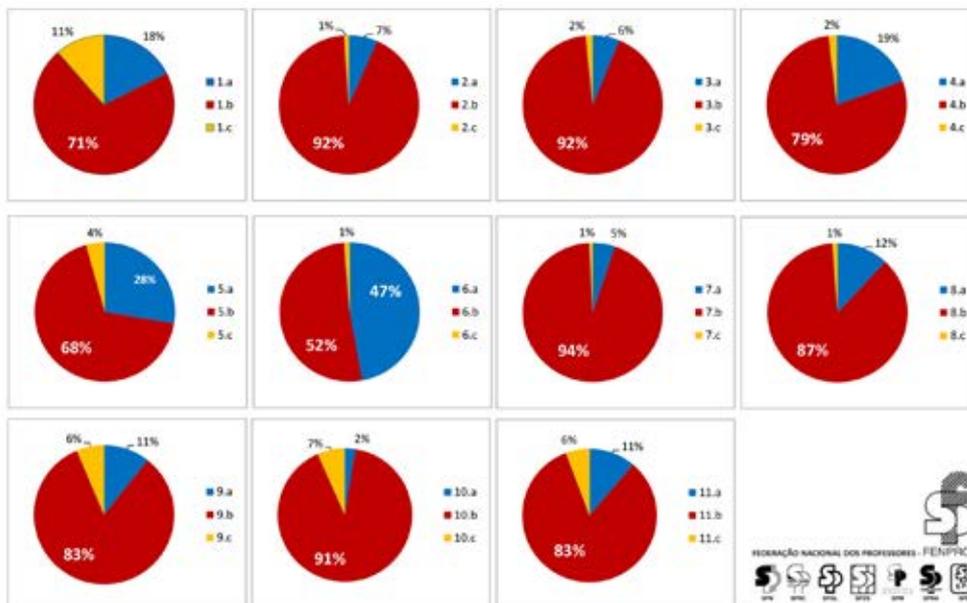
2 763	deve abranger áreas como a contratação de professores pelas escolas.
20 496	deve assentar no reforço de poderes de decisão na área da direção e gestão pedagógicas.
1 412	outras respostas.



RESULTADO DO INQUÉRITO SOBRE O ATUAL REGIME DE GESTÃO ESCOLAR

TOTAL DE RESPOSTAS
24 575

1.a	4 263	18%
1.b	17 249	71%
1.c	2 765	11%
2.a	1 635	7%
2.b	22 667	92%
2.c	280	1%
3.a	1 525	6%
3.b	22 693	92%
3.c	404	2%
4.a	4 801	19%
4.b	19 393	79%
4.c	467	2%
5.a	6 761	28%
5.b	16 643	68%
5.c	1 056	4%
6.a	11 580	47%
6.b	12 668	52%
6.c	325	1%
7.a	1 269	5%
7.b	23 125	94%
7.c	206	1%
8.a	2 936	12%
8.b	21 344	87%
8.c	295	1%
9.a	2 604	11%
9.b	20 211	83%
9.c	1 551	6%
10.a	615	3%
10.b	22 130	91%
10.c	1 614	7%
11.a	2 763	11%
11.b	20 496	83%
11.c	1 412	6%



Trump e o Futuro

Joaquim Jorge Veiguiha

“**T**rum tem a maturidade emocional de uma criança de 4 anos, o vocabulário de uma criança de seis e é incapaz de pensar um problema complexo”, afirma Peter Kuznick, historiador e co-autor com o cineasta Oliver Stone do livro “A História não Contada dos Estados Unidos”⁽¹⁾. Por sua vez, o escritor espanhol Antonio Muñoz Molina reduz Trump a um clone de Mussolini, pois – refere – “se damos atenção aos trejeitos de ambos, particularmente no modo como fecham a mandíbula e erguem o queixo e fazem girar as pálpebras, percebe-se que têm um modelo em comum, Mussolini”⁽²⁾. Não faltam psicoterapeutas, como o norte-americano John D. Gartner, professor em Harvard, que o consideram “perigosamente doente e temperamentalmente incapaz de ser presidente”⁽³⁾, diagnosticando-o com uma doença grave do foro psiquiátrico, o narcisismo maligno, descoberta no pós-Segunda Guerra Mundial pelo psiquiatra e filósofo alemão Erich Fromm (1900-80), um dos fundadores, com Theodore Adorno e Max Horkheimer, da Escola de Frankfurt, que se radicou nos Estados Unidos após a ascensão do nazismo.

Todos estes juízos se centram apenas nas características pessoais do novo Presidente da República dos Estados Unidos, subalternizando as condições de fundo que estiveram na origem da sua vitória, como se esta fosse algo de extemporâneo ou circunstancial. Nada de mais falso e de mais errado! Antes de tudo, destaca-se, a nível político, um sistema eleitoral que perpetua uma espécie de bipolarismo permanente, a alternância entre dois partidos, o Partido Democrático e o Partido Republicano, gerador de elevadíssimas taxas de abstenção, favorecedor de uma plutocracia eleitoral, o *big money*, que comanda as eleições, e fortemente iníquo, já que o critério do sistema maioritário que vigora no colégio eleitoral que elege o presidente permite que o candidato com menos votos saia vencedor. Se contarmos

com as abstenções, geralmente mais elevadas nas eleições norte-americanas do que nas de Estados da União Europeia, Trump foi provavelmente eleito por pouco mais de um terço do eleitorado norte-americano.

A vitória de Trump está também associada a uma mudança de paradigma, mudança que se estende também à própria Europa. O declínio das indústrias da segunda revolução industrial, baseadas no modelo taylorista-fordista da organização do trabalho, em consequência das deslocalizações, gerou uma revolta *luddista* contra o chamado *establishment* da parte de largos setores do operariado tradicional afetado pela perda de emprego e pela ausência de perspectivas geradas pelo empobrecimento. Esta revolta atinge também a França, em que os antigos bastiões operários do norte votam no partido de Le Pen, bem como a Inglaterra, em que o *Brexit* encontrou eco em alguns destes setores. Não é, portanto, a classe operária tradicional, durante muito tempo considerada como ‘classe universal’, isto é, como representando os explorados e oprimidos que procuravam emancipar-se e construir um sistema alternativo ao capitalismo, que lidera a oposição a Trump e às diversas manifestações de massa da extrema-direita, apodada, erroneamente, de populista, mas as classes, grupos e categorias sociais provenientes da terceira revolução industrial, no caso dos Estados Unidos os profissionais das chamadas ‘indústrias criativas’, bem como todos os que de uma forma ou de outra estão relacionados com uma economia não tanto intensiva em capital fixo, mas intensiva em conhecimento.

Uma coisa é certa: Trump e os seus conselheiros, ao contrário de Hillary Clinton e da sua desastrosa campanha eleitoral, souberam muito bem explorar a desesperança acumulada dos setores esquecidos e marginalizados do operariado norte-americano, apostando forte nos Estados do chamado *Rust Belt* – Ohio, Michigan, Wisconsin e Pensilvânia, tradicionalmente democratas – que foram decisivos para a sua vitória eleitoral. Mas isto significa que considerar o novo Presidente norte-americano como um néscio e um inapto é completamente absurdo e um enorme erro político. As medidas protecionistas relativamente ao México, à China e à União Europeia, que a nova Administração preconiza podem, a curto prazo, favorecer

Trump, já que os Estados Unidos registam um forte défice comercial com estas duas últimas, particularmente com a China (300 mil milhões de euros) e o primeiro está fortemente dependente do mercado norte-americano para colocar os produtos das indústrias norte-americanas do automóvel deslocalizadas. Apesar das reduções fiscais e tributárias e da revogação da Dodd-Frank Act que fez entrar Wall Street em euforia, e a baixa taxa de desemprego herdada da anterior Administração, o programa de investimentos em infraestruturas, pesem embora os dois enormes défices gémeos, o externo e o público, pode ser financiado pelo enorme excedente de capitais de que desfruta os Estados Unidos e, assim, se não for desperdiçado na construção do prometido muro com o México, contribuir para criação de inúmeros postos de trabalho para a classe média e para o operariado pobre. Mas isto significa que, o racismo, a xenofobia e uma política externa geradora de tensões e conflitos crescentes tem uma base de sustentação para prosseguir a curto e a médio prazo.

O escritor David Vann, autor do livro (*A Ilha de Sukkwan*), publicado em Portugal pela Relógio de Água, mostra que a eleição de Donald Trump não foi ocasional, mas fruto da vontade de milhões de norte-americanos: “Trump foi desejado por dezenas de milhões de americanos e ele é quem eles são. Quando ouvimos Trump dizer coisas ridículas e feias ele realmente está a falar por eles, os eleitores anti-aborto, os que têm armas, todos os racistas e isolacionistas e os brancos pobres perdidos numa fantasia sobre si mesmos que pensam que um multimilionário vai ajudá-los”⁽⁴⁾. Mais uma razão para iniciar a construção de um novo bloco histórico mais diversificado e abrangente não apenas nos Estados Unidos mas também na Europa, de que a tradicional classe operária fará parte, mas já não, como no passado, enquanto vanguarda histórica, e em que os grupos e classe sociais dos sectores da terceira revolução industrial terão um papel determinante na construção de uma alternativa a todos os Trump emergentes que não param de crescer tanto nos Estados Unidos como na Europa. ■

⁽¹⁾ DN, 15.02.17

⁽²⁾ *El País*, *Babelia*, 4.02.17

⁽³⁾ *i*, 1.01.17

⁽⁴⁾ *Público*, *ípsilon*, 3.03.17

Dia dos Namorados nas escolas

Pensar o amor, a violência, o respeito

14 de fevereiro, o simbólico dia dos namorados, também é comemorado em muitas escolas. Com iniciativas várias. E, frequentemente, inserindo-se ou interagindo com um trabalho desenvolvido ao longo do ano letivo, em áreas como educação para a saúde ou cidadania. Ou, por alunos, através das suas associações.

Nessa perspetiva, fomos a duas escolas de Lisboa. A Escola Secundária Rainha D.^a Amélia e a Escola Secundária Vergílio Ferreira. Dois testemunhos, duas vozes bem diversas. A de uma diretora, Isabel Le Gué, e a da jovem presidente de uma associação de estudantes, Diana Alvarez.

Ligia Calapez
Jornalista

“No namoro não há guerra”

Na iniciativa que marcou o dia dos namorados na Rainha D.^a Amélia, a escola não foi a promotora, foi espaço de acolhimento, começou por esclarecer a sua diretora, Isabel Le Gué. Mas nem por isso deixou de se inscrever na prática pedagógica quotidiana da escola. Quer por via de parcerias que se alimentam no dia-a-dia. Quer pelo trabalho desenvolvido a nível curricular.

Dia 14, uma turma de uma escola profissional foi apresentar uma dramatização perante três turmas do secundário da Rainha D.^a Amélia. O tema

– violência no namoro –, foi igualmente abordado por uma psicóloga da Associação de Mulheres contra a Violência (AMVC) e pelo coordenador das equipas do programa Escola Segura. Uma ação desenvolvida no âmbito da Violência no Namoro subordinada a “No Namoro não há Guerra!”.

“Penso que é um tema importante. E que é importante ser abordado de várias formas. Em geral, considero que iniciativas como esta são boas iniciativas. É uma abordagem diferente. E acho que são coisas a repetir”, frisou Isabel Le Gué.

Esta atividade insere-se entretanto na prática da escola. Antes do mais na dinâmica da rede de parcerias. “De há muito me habituei a tratar com a Escola Segura como nossos parceiros de proximidade. Não só na perspetiva policial e pós-problemas. Mas muitas vezes numa perspetiva de prevenção primária, que é tão importante”.

O trabalho de parceria desenvolvido com a Escola Segura inscreve-se, por sua vez, em grande medida, no âmbito da Educação para a Saúde. Nesta área “temos um grupo (não só de professores), muito empenhado na dinamização de ações. Nomeadamente em torno do *bullying*”. Muito embora, como fez questão de sublinhar Isabel Le Gué, “chavões como este, por um lado tendem a dirigir demasiada atenção para uma coisa e depois há outras coisas que nos passam ao lado”.

É a coordenadora da Educação para a Saúde, uma professora de Biologia, que faz a articulação de todo este trabalho, designadamente estabelecen-

do parcerias com “os especialistas na matéria. Quer seja com os Centros de Saúde, quer seja com as equipas da Escola Segura, ou uma série de outros parceiros relevantes para o tema que se está a tratar”.

O trabalho em torno da Educação para a Saúde e para a sexualidade, ainda que “dependendo do governo que está em funções”, é uma constante nesta escola. “Tentámos sempre seguir uma linha de coerência. Até porque a lei é clara sobre aquilo que se deve fazer”.

Neste quadro são realizadas sessões para todos os anos de escolaridade, “sendo que são selecionados os temas e as formas de abordagem em função, naturalmente, do nível etário dos alunos”. A violência no namoro é um tema que está presente, mas não é dominante. “Preferencialmente os temas a tratar vêm de uma auscultação formal e informal aos alunos e não temos ideia de que – em relação à violência no namoro – eles tenham disso consciência”. E é esse o grande desafio. “Os alunos podem achar, muitas vezes, que violência implica violência física e não perceber que rir dos outros ou querer ver as mensagens do telemóvel, ou pedir a *password* para ter acesso a tudo” também o é. “Essa devassa da privacidade de cada um pode não ser apercebida como violência. E eu sinto claramente que a esse nível é útil falarmos com as várias idades. Depois adequamos o discurso. Mas o conteúdo tem de estar lá, tem de estar presente. Porque, para o bem e para o mal, eles vivem com todas as redes sociais. E, portanto, aprender a lidar com isso e a fazer a



Foto: Escola Secundária Rainha Dona Amélia

destrinça – para a qualidade de vida deles e para as questões do amor-próprio, autoestima - é fundamental”.

Ainda nesta mesma linha de intervenção a escola manteve sempre – como disciplinas de oferta complementar – a formação cívica, para o 7º e 8º ano. “Muitas destas sessões são mesmo curricularmente incluídas na formação cívica”.

“Amar-te e Respeitar-te”

“Tudo começou por, como presidente da associação de estudantes, me parecer ser muito importante haver alguma palestra ou algum apoio para os alunos, nesta área da violência no namoro. Porque a violência no namoro é um problema bastante atual, que as pessoas não têm muito a noção de que qualquer um de nós pode sofrer disso e nem ele próprio saber que sofre”. Assim começou a nossa conversa com Diana Alvarez, presidente da associação de estudantes da Escola Secundária Vergílio Ferreira.

El – Como se concretizou essa ideia?

Diana Alvarez - Recebemos uma proposta da empresa Betweien, que estava a realizar um projeto com o músico Jimmy P, no sentido de lançar um livro sobre a violência no namoro. O livro consistia em três partes fundamentais. E eu achei muito interessante esta abordagem. Havia uma parte musical, uma parte de leitura e uma parte de teatro. Foi disso que eu gostei mais no projeto.

O que é que te atraiu nessa abordagem?

A juventude tem muito o problema de – uns não gostam de ler, outros gostam de ouvir música e outros não, uns gostam de teatro e os outros não. E quando se edita um livro ou quando um autor escreve um livro, tem um público-alvo, que é aquele público que gosta de ler. Mas os outros que não gostam de ler também precisam de ser alertados. Foi feito um teste desses na palestra, em que o músico Jimmy P disse – *quem é*

que aqui no auditório gosta de ler? – E poucos meteram o dedo no ar. – *Quem é que gosta de assistir a teatro?* E poucos meteram o dedo no ar. – *Então e quem é que gosta de música?* - E toda a gente no auditório meteu o dedo no ar. Ou seja – o facto de ter tido estas três abordagens fez com que captasse todo o público jovem. E eu acho que isso foi o mais importante de tudo. E muitas vezes, numa palestra “normal” acaba por não acontecer isso, acaba por não atingir toda a gente.

“Amar-te e respeitar-te” é o nome deste projeto. Foi uma palestra um bocadinho original. Como é que se concretizou, na prática?

Só tivemos uma sessão - dia 14, por ser o dia simbólico dos namorados – que teve início às 11h50 e acabou às 13h20. Foi apenas uma sessão, mas tivemos o auditório cheio. Seleccionámos turmas do 12º ano, porque pensámos que deveríamos começar pelo final do secun-

dário, que é quando as pessoas ganham mais consciência e por vezes começam a ser um pouco violentos no namoro. É mais na nossa idade – 16, 17, 18 anos. Era o público que nós achámos mais adequado. Estiveram quase todas as turmas do 12º.

A palestra começou com o diretor da Betweien, Narciso Moreira, que foi apresentar o início do projeto. Depois foi a vez do Jimmy P. O projeto tem três músicas. O Jimmy P cantou uma das músicas. Depois vem a parte do teatro, com um só ator – mas digo-lhe que foi a parte da palestra de que eu gostei mais, ele era muito bom, e cheguei ao ponto de estar lá e de me aperceber que estava quase a sentir aquilo que ele próprio sentia – foi a que eu gostei mais, foi a que mais me atingiu. E, depois, a Helena Costa, que era a escritora do livro, e Narciso Moreira, continuaram a falar do livro. O Jimmy P apresentou as outras duas músicas e cantou uma música conhecida, que toda a gente conhecia dele, para todos cantarem também. E assim acabou a sessão. O livro é composto por várias partes. E tem uma parte que eu gostei bastante: dicas e conselhos. É uma parte mais prática. E depois tem um questionário. Ou seja – as pessoas pegavam no livro, respondiam ao questionário e no final dizia – se respondeste SIM a 2 ou mais respostas, está atento porque poderá ser um indício de violência no namoro. Eu acho que essa parte prática foi crucial para o projeto.

Qual é o balanço que fazes da sessão?

Eu gostei bastante da sessão e creio que foi muito importante para nós. Ficámos alertados para determinadas situações que nós pensamos que não nos pode acontecer. Mas é mentira. Pode-nos acontecer a nós, pode acontecer a qualquer pessoa. E, embora quase metade da palestra tenha sido sobre o lançamento do livro, eles realmente tocaram nas palavras-chave da violência no namoro e alertaram-nos para isso. Portanto, eu acho que o balanço foi muito

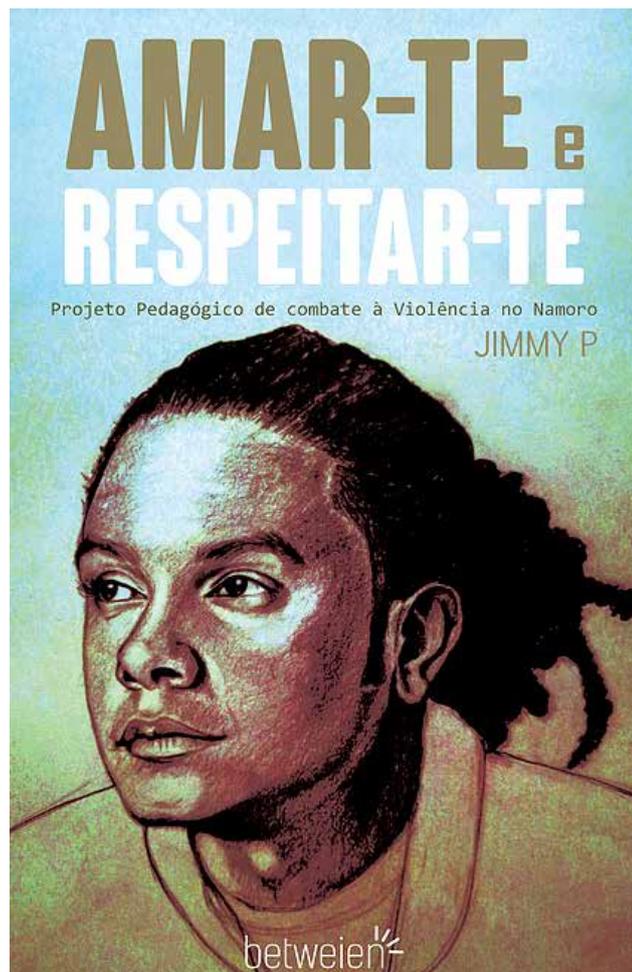


Foto: Site Amarte e Respeitar-te - Betweien

bom, correu muito bem. O feedback que eu também tive dos alunos – que é bastante importante – foi muito bom.

Quando referias que há coisas de violência que uma pessoa nem se apercebe que é violência, do que é que estavas a falar no concreto?

Aquilo que eu me estava a referir era mais à pressão psicológica. Porque a violência física, acho que toda a gente consegue perceber.

A questão psicológica é que é o grande problema. Porque não basta ter saúde e estar bem fisicamente. Se nós não tivermos cabeça, se não tivermos uma mente saudável, também não vamos a lado nenhum.

E não têm que ser só os rapazes a cometer a violência no namoro – na parte psicológica, pode perfeitamente partir das raparigas. Por exemplo – uma rapariga pode proibir o namorado de estar com os amigos, pode meter a sua relação em risco pelo facto de ele se ir divertir com os amigos ou se, por exemplo, fala com alguma rapariga, a namorada fica chateada.

A ideia de posse.

Exatamente – a ideia de posse. E não é só egoísmo. Temos que ver que isso também é considerado pressão psicológica. Nós não podemos proibir ninguém de fazer o que quer, de estar com as pessoas que quer. E eu creio que é nesse ponto fundamental que muitas vezes a violência no namoro acontece, mas não é reconhecida.

Esta iniciativa do dia dos namorados, de alguma forma integra-se no vosso trabalho como associação?

Sim. Começamos a ter algumas iniciativas. Não só em relação à violência no namoro. Tivemos uma relativa às doenças sexualmente transmissíveis, à proteção, à sexualidade. Fizemos quatro palestras. Estamos a pensar em fazer mais. Em parceria com o Centro de Saúde de Benfica. Foi uma

enfermeira e uma psicóloga do Centro de Saúde que disponibilizaram o seu tempo. E eu agradeço imenso porque, realmente, aquilo que acontece é que muitas vezes nós, alunos, pedimos ajuda – estou a falar enquanto associação de estudantes, porque pensamos que é preciso alertar os alunos numa escola para determinados assuntos - e ninguém adulto ou ninguém dentro do assunto é capaz de nos ajudar em nada. Eu pedi para a nossa escola, mas podia ter pedido para quaisquer outros jovens. E agora estamos também a pensar em ter algumas palestras sobre a droga, que também é um assunto bastante complicado. E vamos fazendo assim umas palestras, umas ações.

E vão tendo apoios?

Apoios externos – sim. Isso sem dúvida - que a direção escolar nesse sentido apoia-nos imenso. Ajuda-nos. E ouvem. Que é bom, ouvir os alunos. Que, na realidade, nós que estamos no meio e nós que somos jovens temos muito mais noção daquilo que acontece. ■



Exigimos a reposição da legalidade nos horários de trabalho dos e das docentes!

Surgem sempre imensos problemas com a organização dos horários devido à contínua e permanente confusão mais ou menos deliberada, quer da parte da tutela quer das direções das escolas, sobre o que deve ser contemplado no horário d@s docentes como componente letiva e componente não letiva. Existem efetivamente muitas direções de AE/ENA a considerarem tempo letivo como não letivo, bem como a fazerem interpretações jurídicas que se distanciam claramente da legalidade e que **promovem a discriminação entre @s docentes, facto que consubstancia não só uma ilegalidade como uma inconstitucionalidade**, considerando o tempo letivo como não letivo para uns, enquanto para outros contemplam e distinguem o que é objetivamente letivo e não-letivo.

Desta forma, considerou o SPGL esclarecer @s seus/suas associad@s, assim como tod@s @s docentes, do ponto de vista não só político como jurídico, sobre as seguintes questões:

1. A coadjuvação em sala de aula deve ser integrada na componente letiva ou não letiva?

A coadjuvação em sala de aula, da conjugação do disposto no artigo 82º do E.C.D com o artigo 11º n.ºs 4 e 10 do Despacho Normativo n.º 4-A/2016, só pode ser considerada na componente letiva dado que é desenvolvida de forma colaborativa entre professores e, como tal, deve constar na mancha horária letiva d@s docentes entregue no início do ano escolar.

A coadjuvação visa promover o sucesso escolar dos alunos e, como tal, deve observar o previsto na lei e ser ponderada entre os intervenientes direitos na turma: a direção, o professor titu-

lar da turma e o professor coadjuvante. A coadjuvação não é supervisão pedagógica, mas trabalho colaborativo entre pares pedagógicos.

2. As atividades de apoio aos alunos devem ser inseridas na componente letiva ou não letiva?

As atividades de apoio aos alunos são tempos letivos atendendo a que a norma considera taxativamente como não letivo somente o apoio individual (artigo 82.º do ECD).

Da conjugação do disposto no E.C.D com o artigo 11º, n.ºs 2 e 3, do Despacho Normativo 4-A/2016, resulta que só o apoio individual pode constar na componente não letiva de estabelecimento d@s docentes.

Como tal, também não poderão, pelas mesmas razões, serem atribuídos nas horas de redução do previsto no artigo 79.º ECD dado que no n.º6 do mesmo artigo se determina que *a redução da componente letiva do horário de trabalho a que o docente tenha direito, determina o acréscimo correspondente da componente não letiva a nível de estabelecimento de ensino*. Por sua vez, e de acordo com o artigo 82º do ECD clarifica-se que *a componente não letiva do pessoal docente abrange a realização de trabalho a nível individual e a prestação de trabalho a nível do estabelecimento de educação ou de ensino*.

3. As reuniões pedagógicas devem ser incluídas na componente não letiva de estabelecimento?

As reuniões de natureza pedagógica de carácter programável e/ou sistemático, devem necessariamente estar contempladas na componente não letiva de estabelecimento e constarem do horário entregue aos docentes.

Relativamente às reuniões ocasionais (de realização imprevisível), devem ser compensadas na mesma componente

de trabalho, ou seja, na componente não letiva de estabelecimento. Quando isso não suceder, @s docentes devem pedir a respetiva retificação. Caso esta seja rejeitada, deverão requerer o pagamento de trabalho extraordinário, nos termos do artigo 83º do E.C.D.

4. As direções dos AE/ENA podem dispor dos tempos letivos remanescentes de forma cumulativa?

Em primeiro lugar, convém sublinhar que o tempo remanescente é o correspondente à diferença entre os tempos letivos de 45 e os de 50 minutos, nunca ultrapassando os 20 minutos semanais. O horário d@s docentes é semanal e tem a duração de 35 horas que se distribuem entre componente letiva, componente não letiva de estabelecimento e componente não letiva de trabalho individual.

Do exposto, apenas se pode inferir que os tempos letivos remanescentes somente podem ser integrados no horário semanal dos docentes. A direção do AE/ENA não pode dispor ao longo do ano desses minutos, facto que consubstancia a figura de **banco de horas, a qual** não é aplicável ao pessoal docente.

Há ainda a acrescentar que a observância do artigo 104.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas obriga o as direções dos AE/ENA a manter um registo que permita apurar o número de horas de trabalho prestadas pelo docente por dia e por semana com a indicação da hora de início e do termo do trabalho.

O SPGL apela a que tod@s @s docentes verifiquem se os horários estão conformes com o quadro legal aplicável. Caso subsista qualquer dúvida quanto à sua legalidade, deverão @s docentes contactar o seu sindicato para impugnação dos mesmos. ■

Calendário escolar da Educação Pré-escolar: Uma luzinha ao fundo do túnel...

Cremilde Canoa

Coordenadora do setor pré-escolar do SPGL

No passado dia 26 de janeiro foi publicado em Diário da República, Série I, a resolução n.º 9/2017 da Assembleia da República, que recomenda ao Governo a **uniformização do calendário escolar do ensino pré-escolar e do ensino básico**.

Pode-se ler no curto texto que “*A Assembleia da República resolve, nos termos do n.º 5 do artigo 166.º da Constituição, recomendar ao Governo que uniformize o calendário escolar do ensino pré-escolar e do ensino básico, garantindo a coincidência do início das suas atividades letivas, interrupções e termo.*”

Esta importante recomendação surge num período em que, com a atual conjuntura política, tem sido valorizada a procura de entendimentos pela maioria parlamentar que apoia o atual governo, o que muito tem contribuído para a aprovação de importantes recomendações como a que é aqui referida.

Esta “luzinha ao fundo do túnel” é o início de uma exatável concretização de uma velha reivindicação, não só do SPGL como também das educadoras e educadores de infância. É já antiga a afirmação (corroborada em diversos estudos) que a existência de um calendário escolar específico para a educação pré-escolar é fator preponderante para a desvalorização de aspetos essenciais na dinâmica dos Jardins de Infância e para a ocorrência de alterações ao normal funcionamento dos Agrupamentos. Esta situação constitui um entrave à participação, em igualdade de circunstâncias, dos docentes da Educação pré-escolar em espaços fundamentais do desenvolvimento e avaliação do projeto educativo. A importância de um trabalho conjunto com os outros docentes na planificação, articulação das aprendizagens, coordenação e concretização das atividades previstas para os estabeleci-

mentos que constituem o agrupamento, é um facto incontestável. Toda esta dinâmica na organização dos agrupamentos de escolas é comprometida pela existência de dois calendários escolares distintos.

Às educadoras e educadores deve ser-lhes reconhecido o mesmo nível de exigência que a todos os outros docentes. No final de cada período letivo, devem ser criadas condições para a sua participação nas reuniões de avaliação/planificação do projeto educativo do agrupamento, para avaliar, numa perspetiva formativa, a sua intervenção, o ambiente e os processos educativos e, juntamente com os encarregados de educação, avaliar o desenvolvimento e as aprendizagens de cada criança e do grupo.

Um calendário escolar específico, que tem como simples objetivo a resposta social às famílias, é indicado como o gerador de aspetos negativos que são divulgados em diversos relatórios que tecem algumas críticas à qualidade pedagógica dos jardim-de-infância e que insistem na necessidade de uma melhor articulação com o 1º CEB e no desenvolvimento de estratégias de registo e avaliação das crianças e das práticas pedagógicas. Recentemente as novas OCEPE dão uma grande importância a esta questão e identificam a importância da avaliação entre os pares e outros docentes como um “*meio privilegiado de desenvolvimento profissional e de melhoria de práticas*”.

Deste modo faz todo o sentido (e justifica-se) que a educação pré-escolar seja entendida como a primeira etapa da educação básica, reconhecendo-se a qualidade pedagógica do trabalho que é desenvolvido pelas Educadoras e Educadores nos Jardins-de-infância e não seja diferenciada, pelo Ministério da Educação, na definição do calendário de atividades educativas e escolares para o próximo ano letivo.

Por tudo isto continuamos a afirmar:

Do Pré-Escolar ao Ensino Básico: o mesmo calendário escolar! ■

Acordo de Empresa na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa

Chegou ao fim a negociação da revisão do AE/2009 com os Sindicatos. O ato formal de assinatura para publicação ocorreu no passado dia 10 de fevereiro.

Consideramos que, na globalidade, o resultado alcançado salvaguarda de forma justa e equitativa as relações de força existentes na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML).

Apesar de algumas matérias não corresponderem totalmente ao pretendido pelos sindicatos, sobretudo a eliminação de carreiras específicas, as transições e as integrações nas carreiras e a revalorização salarial de todos os trabalhadores, entenderam as direções sindicais dar a sua concordância, ficando, todavia, garantida a continuidade do trabalho que foi desenvolvido entre as partes “na mesa das negociações”.

Iremos concretizar através da apreciação, conjuntamente com a SCML, após o decurso de um período não inferior a dez meses de vigência do novo AE, a transição e a integração dos trabalhadores no respetivo regime, de modo a serem avaliadas e corrigidas eventuais disparidades decorrentes da implementação do AE negociado e assinado pelo SPGL e STFPSSRA, STSS, SNP, SFP, STFPSN e SINTTAV.

Também, e na sequência do comunicado do Provedor e reforçado pelos seus representantes na mesa de negociações, será desencadeado uma progressão para os trabalhadores este ano.

Continuamos a reivindicar a atualização do valor remuneratório das tabelas, uma vez que o mesmo não acontece desde 2010.

Aguardamos a publicação do AE. Seguidamente vai haver a opção de adesão, de todos os trabalhadores, a um dos acordos publicados.

Devem os trabalhadores estar atentos no processo de transição. Verifiquem se a sua situação se encontra em conformidade com o previsto no acordo.

A persistência e a luta por melhores condições de trabalho é o nosso lema! ■



8ª Conferência Nacional da Inter-reformados/CGTP-IN

**Sindicalizados sempre, no trabalho e na reforma
Reforçar a organização, fortalecer a participação**

Departamento de Educadores e Professores
Aposentados do SPGL

No dia 10 de fevereiro o Departamento de Aposentados do SPGL esteve presente na 8ª conferência da Inter-Reformados da CGTP-IN, com os seus 4 delegados e convidados.

Numa perspetiva de renovação, a nossa dirigente, representante na IR durante cerca de 11 anos, Maria Helena Gonçalves, foi substituída pela dirigente Isabel Gaspar, que fez uma intervenção versando a organização do DA do SPGL de que realçamos este pequeno excerto: **“Tendo esta conferência como lema – *Sindicalizados sempre no trabalho e na reforma: achamos muito importante que o nosso testemunho passe para todos os que ainda não chegaram cá, ou seja, à aposentação, para que desde já comecem a perspetivar nas suas vidas a importância de continuar ligados às organizações sindicais que os acompanham ao longo da sua vida profissional e para mais facilmente se conseguir levar à prática o segundo objetivo reforçar a organização, fortalecer a participação, o que é uma das grandes dificuldades que se nos apresenta hoje.*”**

Também foi apresentada pelo SPGL uma proposta de adenda ao preâmbulo da Carta Reivindicativa, que foi aceite, parcialmente:

“O governo do PS tem de assumir a recusa da submissão dos interesses e das aspirações dos portugueses às pressões das instituições europeias, que de modo algum defendem os interesses dos trabalhadores e da generalidade das populações dos países do sul da Europa; uma tal atitude poderá desempenhar um papel importante na conjugação da atividade das forças progressistas de outros povos europeus nas instituições comunitárias.”

Nesta Conferência foi aprovada a **Carta Reivindicativa**, que norteará a política reivindicativa dos reformados e aposentados para os próximos quatro anos, com as seguintes reivindicações imediatas:

1. O aumento de todas as pensões de velhice e invalidez atribuídas pelo sistema de Segurança Social e pela Caixa Geral de Aposentações (CGA), de modo a permitir a reposição do poder de compra dos pensionistas, aposentados e reformados e uma valorização mais justa de todas as pensões.
2. A revogação do fator de sustentabilidade, cuja aplicação está a conduzir a uma inaceitável e progressiva redução do valor das pensões a atribuir, bem como a reposição da idade legal de acesso às pensões de velhice e reforma nos 65 anos.
3. O direito de acesso à reforma antecipada voluntária, sem qualquer penalização, para os trabalhadores com 40 ou mais anos de carreira contributiva, independentemente da idade.
4. O reforço da Segurança Social pública, universal e solidária, opondo-se firmemente a quaisquer medidas que visem o seu enfraquecimento, nomeadamente qualquer tentativa de privatização, ainda que parcial, do sistema.
5. Medidas de reforço da sustentabilidade financeira, incluindo a diversificação das fontes de financiamento da Segurança Social, designadamente no alargamento da base de incidência contributiva, considerando não só os salários, mas também por via da criação de uma nova contribuição para a Segurança Social sobre o Valor Acrescentado Líquido (VAL) de cada empresa, que deverá ser conjugada com a existente em função do volume de emprego.
6. Serviços públicos universais e de qualidade, com vista a assegurar os direitos básicos dos cidadãos, promover a qualidade de vida, combater as desigualdades

e contribuir para a construção de uma sociedade justa e solidária.

7. O fim da obrigatoriedade de acesso a documentos oficiais exclusivamente por via eletrónica.

8. A salvaguarda e reforço do SNS com a garantia do acesso à saúde, o que requer que todos tenham acesso a médico e enfermeiro de família; a eliminação das taxas moderadoras e dos condicionamentos no transporte dos doentes.

9. O aumento das comparticipações nos medicamentos para reformados e pensionistas detentores de pensões inferiores ao salário mínimo nacional, considerando, no caso de casais, o rendimento per capita.

10. A manutenção da ADSE dentro do sector público, como sistema complementar de saúde e como parte integrante do estatuto laboral dos trabalhadores da Administração Pública, excluindo qualquer forma de privatização; a reposição do desconto de 1,5% para a ADSE, referente a 12 meses.

11. O reforço da fiscalização sobre as instituições de apoio a pessoas idosas e dependentes, particularmente das pertencentes a IPSS e a entidades privadas.

12. A criação de um novo ramo da proteção social – a proteção na eventualidade de dependência, que deve passar a ser considerada como eventualidade autónoma. Esta proteção deve abranger todas as pessoas, independentemente da idade, que, por razões de ordem física, mental ou psíquica, tenham necessidade de apoio para a realização de atos essenciais à sua vida.

13. A adoção, por parte do Estado, de uma política social de habitação que concretize o direito à habitação, tal como previsto no artigo 65º da Constituição.

14. A concessão ou a reposição de desconto para idosos – em, pelo menos, 50% – em todos os tipos de transportes coletivos, sem limitação de horários. ■

Reflexão sobre o actual momento da situação política



Joaquim Pagarete

Delegado pelo SPGL à 8ª Conferência Nacional da IR- CGTP

Podemos abordar a análise da situação política partindo de diferentes elementos ou factos que permitam focalizar o que está no seu centro. Vou abordá-la a partir da minha recente experiência pessoal. Fui um dos 4 delegados do nosso sindicato à 8ª Conferência Nacional da Inter-Reformados (IR) da CGTP, que se realizou a 10 de Fevereiro, em Lisboa. Em Portugal, o número de reformados e aposentados já é superior a 3,5 milhões. Trata-se, portanto, de uma camada fundamental da população portuguesa cuja grande maioria tem carências gritantes. Portanto, era natural que o órgão máximo do sector dos reformados e aposentados da maior Confederação sindical portuguesa – a CGTP – se dirigisse a esse importante segmento da população trabalhadora que já não está no activo para lhe transmitir, de maneira clara e concreta, a sua análise do que está em jogo no actual momento da situação política internacional e nacional.

É verdade que o lema da Conferência “*Sindicalizados sempre, no trabalho e na reforma / Reforçar a organização, fortalecer a participação*” criava um quadro claro para que fosse assumida essa perspectiva aberta e mobilizadora. Mas o modo como essa Conferência foi preparada e a forma como decorreram os seus trabalhos não permitiram que essa perspectiva se concretizasse.

A questão central da democracia no movimento operário

O Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL, assumindo na prática o lema da Conferência,

foi o único organismo sindical – que se saiba – onde foi realizado um plenário que teve como ponto central da sua ordem de trabalhos a preparação da Conferência da IR-CGTP. Nesse plenário foi adoptada uma moção com considerandos que caracterizavam claramente a situação dos reformados e aposentados do nosso país e o papel central que o Governo deve assumir para a resolução dos seus problemas⁽¹⁾. Nomeadamente, em relação ao Governo estava expresso o seguinte:

«O governo do PS tem duas hipóteses: ou se sujeita às pressões internas e externas (nomeadamente as exercidas pela União Europeia, pelo FMI e pela OCDE sobre Portugal) e, assim, só se irá enfraquecer e ajudar a afundar económica e socialmente o nosso país; ou, então, actua no sentido da satisfação das aspirações da maioria que permitiu a sua constituição, podendo assim desempenhar um papel importante para o povo português e constituir um incentivo para as lutas dos restantes povos (em particular os da Europa).»

A Comissão organizadora da CN da IR considerou que essa moção iria prejudicar o bom desenrolar dos trabalhos da Conferência. Assim, os delegados à Conferência não puderam ter conhecimento do conteúdo dessa moção. É legítimo perguntar: onde está o respeito pela democracia numa organização sindical que pretende ser agregadora e aberta a todas as opiniões dos trabalhadores – no activo ou já aposentados – nela integrados? E como conquistar novos aderentes aos nossos sindicatos com uma tal postura?

As dificuldades levantadas à apresentação e discussão da moção adoptada pelo plenário de aposentados do nosso sindicato acentuaram-se no decurso da própria Conferência.

Tendo sido um dos primeiros delegados

a inscrever-me – para apresentar uma adenda ao projecto de Resolução final da Conferência, com o mesmo conteúdo que estava expresso nessa moção – não tive direito à palavra, nem o teor dessa adenda foi comunicado aos delegados à Conferência...

O mais incompreensível é que a Conferência foi encerrada pelo Secretário-geral da CGTP, Arménio Carlos, o qual – dirigindo-se ao Governo – disse, claramente, que já é tempo de haver a mudança pela qual o povo português votou, expressando por outras palavras o conteúdo da alternativa constante da adenda que tinha sido entregue na Mesa da Conferência.

Todos compreendemos que é da resolução positiva desta alternativa que está dependente a satisfação dos anseios e das reivindicações dos reformados e aposentados. Satisfação que só pode ser conseguida com a sua mobilização organizada em torno de palavras de ordem claras e concretas. E é colocar no centro da sua consciência este problema central da situação política portuguesa que constitui o verdadeiro apelo e cimento da sua mobilização.

Fica assim colocada uma questão pertinente: será que é dito oralmente pelos principais dirigentes da CGTP não pode ser transcrito para a Resolução final de uma Conferência Nacional da Inter-Reformados, organismo da própria CGTP? ■

O autor não escreve segundo o actual acordo ortográfico

⁽¹⁾ Note-se que o quadro de referência para todos os aposentados (tanto do sector público como do privado) é o Estado e a Assembleia da República que o definem, tendo as entidades patronais que se subordinar ao que está determinado na Lei. Daí ser crucial este posicionamento em relação ao Governo.

“Temos pela frente grandes desafios”



Fotos: Sofia Vilarigues

Sofia Vilarigues
Jornalista

“No ano 2015-2016 organizámos e participámos em 19 ações de carácter reivindicativo, em 16 ações socioculturais, em 11 ações no âmbito de ‘O meu livro quer outro livro’, e participaram nestas ações cerca de 1600 aposentados”, deu a conhecer, resumidamente, Bráulio Martins, coordenador do Departamento dos Aposentados, na inauguração da exposição sobre a atividade do Departamento.

Manuel Carvalho da Silva, ex-secretário-geral da CGTP-IN e investigador, começou por sublinhar, na sua intervenção: “temos pela frente grandes desafios”. E desenvolveu: “O neoliberalismo, do ponto de vista conceptual, jogou em múltiplos carrinhos ao mesmo tempo. Há dois deles que são muito fortes. Foi todo um esforço no sentido de apagar da memória e, em particular,

No passado dia 8 de Fevereiro teve lugar, na delegação do SPGL de Almada, a conferência de Manuel Carvalho da Silva com o tema “Agir Contra a Corrente: Desafios aos Professores e aos Sindicatos” e a inauguração da exposição do Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL “Memórias – Os Sonhos Continuam. Os Direitos Não Se Extinguem”.

da memória mais recente. Só é possível vender hoje como moderno um conjunto de precariedades, de instabilidades, no trabalho e fora do trabalho, a quem não tem presente o que era a vida há poucas décadas atrás. Jogaram nisto, forte, e jogaram no individualismo. E juntaram ao individualismo uma série de dinâmicas do consumo e depois de manipulações económicas. Ora bem, o desafio é então um esforço grande para recomposição, para articulação, e cada geração está desafiada a retomar reivindicações velhas e a encontrar outras novas”.

“Estamos cada vez mais desafiados a

falar de trabalho e de não-trabalho”, prosseguiu. “Precisamos de uma luta fortíssima pela valorização do trabalho e pela dignificação de quem trabalha. Há quebras grandes neste campo. Precisamos disto, porque o conceito de salário não deve recuar e o salário não deve passar a uma retribuição de subsistência, que é o caminho que ele está a tomar novamente. Porque é preciso defender o tempo, o tempo é das pessoas, não pode ser entregue. Este é um combate hoje fundamental. Inculcar nas pessoas que o tempo é delas e que não devem abdicar dele, devem procurar vivê-lo e têm todo o direito de

exigir condições para o viver”.

Quatro tópicos importantes no contexto atual

“Vou deixar-vos quatro tópicos que considero importantes no contexto atual”, disse Manuel Carvalho da Silva.

“Primeiro, temos vivido no nosso país **políticas económicas centradas na desvalorização interna**”, afirmou. “Como sabem, a receita neoliberal à escala global, mas em particular ao nível da União Europeia, depois muito bem plasmada no memorando da *troika*, era a tese de que era preciso nós sermos competitivos, recompor competitividade para a economia portuguesa. A partir de quê? Da desvalorização interna. Tornar a produção mais barata para se exportar”. Em Portugal “o que se pretendeu foi essencialmente: cortar nos custos do trabalho, nos salários, reduzir pensões, baixar o patamar de direitos sociais fundamentais, liberalizar as relações laborais, atacar a contratação coletiva e, um outro aspeto, que era favorecer, e foi favorecida, a afirmação duma coutada de baixos salários para presença ou investimento estrangeiro”. O que é que se coloca aqui hoje? “Primeiro temos consciência de que a austeridade não terminou. O relatório da OCDE é a continuação do receituário da liberalização. O Fundo Monetário Internacional já passou para um patamar que é: apresenta sempre duas interpretações sobre as coisas. Às segundas, quartas e sextas dizem que não, *as políticas de austeridade não podem continuar*, às terças, quintas e sábados, junto dos poderes, dizem, não, *as políticas são para continuar*”. “Ou aproveitamos esta legislatura para deixar claro, através de alguns passos e de compromissos para o futuro, de que as medidas de exceção, aquilo que nos foi retirado, seja nas reformas, seja na saúde, seja no ensino, etc., não podem passar a normalidade, ou nós baixamos automaticamente o patamar de desenvolvimento do país”, frisou Carvalho da Silva.

“O segundo tópico é a **mercantilização do trabalho**”, enunciou. “A mercantilização do trabalho, a ideia de que

o trabalho é uma mercadoria, ponto final, é um retrocesso monumental. Não nos esqueçamos que é na Declaração de Filadélfia de 1944 que é estabelecido o princípio de que o trabalho não é uma mercadoria”. O trabalho “tem dimensões económicas como tem sociais, culturais e políticas”. O primado das relações mercantis “destrói dimensões da vida, da universalização dos direitos. Se a generalidade dos projetos de investigação se pautasse apenas por lógicas mercantis nós não tínhamos a maior parte das descobertas que as sociedades humanas têm conseguido”.

“Terceiro tópico do contexto atual é **as tecnologias e o trabalho**”, disse Carvalho da Silva. “Agora fala-se muita da quarta revolução tecnológica. Sem dúvida que estamos numa fase de uma vaga fortíssima de automação, de robotização, de digitalização, isso é inquestionável, e vai acelerar-se. Mas, depois, há pressupostos errados com que se apresenta esta questão. Por exemplo, a ideia de que inevitavelmente estas mudanças tecnológicas vão destruir emprego e não vão criar emprego. E pergunta-se - porquê? Em todas as anteriores revoluções tecnológicas, também se dizia que elas iam destruir emprego e não iam criar, e acabaram sempre, depois de conflitos sociais duríssimos, por criar mais emprego do que destruíram. Então porque é que agora não pode ser? É evidente que pode ser. Basta nós olharmos quais são os bloqueios na sociedade de hoje, do ponto de vista ambiental, do esgotamento dos recursos, da destruição da relação metabólica Homem - Natureza, Homem - Sociedade - Natureza, e muitos outros, muitas outras disfunções, para dizer que era possível criar milhões e milhões de postos de trabalho úteis, de empregos, desde que seja disponibilizada um bocado da riqueza existente, e disponibilizados e utilizados com muita utilidade na sociedade”. Reportando-se a uma questão específica, Carvalho da Silva referiu que se diz “que até 2026 mais de 50% dos atos médicos em cirurgia serão substituídos por máquinas. E que provavelmente podem chegar aos 70%. E então, com base nisto, a ideia de que não é preciso médicos. Isto é estupidez vendida como ciência. Porque oxalá a robotiza-

ção permita, e está a permitir, grandes avanços, mas aquilo que o avanço da inteligência artificial e da robotização vão provocar, em termos de atos médicos, vai desencadear, como hoje já é visível, a necessidade de estudo, a necessidade de observação, de intervenção de profissionais altamente qualificados, novas funções de médicos e cirurgiões, para acompanharem esse desenvolvimento. Por outro lado, com estes avanços da sociedade, vão surgir áreas novas na grande área da saúde, que vão ser indispensáveis para que a inteligência artificial e a robotização possam ser utilizadas”. “Tem que ser a luta da sociedade a obrigar que se encontre outra solução, e que se encontrem outros investimentos da riqueza existente”, concluiu Carvalho da Silva. “O quarto tópico que vos coloco, para analisarmos o contexto atual, é **a questão das desigualdades e da pobreza**”, enunciou. “Nós temos um país de grandes desigualdades, de muita pobreza. E eu penso que, neste cenário, um dos grandes desafios destes próximos anos é tentar que aquilo que foi adotado como medidas de exceção não passe a normalidade. Mas em relação à pobreza nós ainda estamos mais recuados. Temos um país excessivamente permissivo e condescendente com situações limite. Fruto daquilo que foi o salazarismo, de heranças múltiplas e do facto de a nossa democracia ser muito recente”. “Numa sociedade democrática a ausência do acesso a direitos sociais fundamentais é pobreza”, sublinhou. “O que temos que colocar aqui em confronto é o debate sobre os salários e sobre outros rendimentos”, considerou. E destacou como decisivo “nas sociedades atuais o combate por sistemas fiscais mais justos”. “Se não há uma distribuição minimamente justa da riqueza quando a riqueza é produzida, ou seja no salário, depois deitá-lo a mão é difícil”, sublinhou. “Penso que estão colocados desafios imensos aos professores, desafios que vêm da complexidade das relações sociais”, concluiu Manuel Carvalho da Silva. ■

A precariedade no Ensino Superior e Investigação

O governo constituiu um grupo de trabalho que produziu um relatório que pretende identificar as situações de trabalho precário no sector Estado, como ponto de partida para o combate à precariedade laboral.

Sobre o relatório, no que respeita ao Ensino Superior e à Investigação, devem salientar-se os números referentes à Unidade Orgânica de Ensino e Investigação, com identificação de 11212 precários num universo de 35235 trabalhadores, isto é, 31,8%. E no conjunto Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 11180 precários num universo de 37.577 trabalhadores (29,8%).

- A contratação a termo resolutivo de docentes do ensino superior (a maioria dos 11800 contratos) é explicada, no relatório, por visar categorias profissionais referidas nos estatutos de carreiras, alegando-se mesmo a impossibilidade de outra forma de contratação. Fica por analisar em que medida o recurso a tais categorias efetivamente se justifica ou, de outro modo, em que medida é usado para permitir a utilização abusiva da contratação a termo. A alegação de que as contratações a termo no ensino superior configuram situações excecionais não é comprovada e parece pouco compatível com uma taxa de precariedade na ordem dos 30%.

- Bolsas de investigação: Uma enorme parte da investigação científica depende de trabalho altamente especializado realizado por bolseiros de investigação científica. A menção de que “os contratos de bolsa não geram relações de natureza jurídico-laboral nem de prestação de serviços, não adquirindo o bolseiro a qualidade de trabalhador em funções públicas” não é aceitável! As 2037 bolsas de in-

vestigação identificadas constituem a maior parcela desta forma de precariedade! Entre as medidas em curso, o relatório refere a “adoção de um regime jurídico de estímulo à contratação de investigadores doutorados” que visa a contratação em algumas circunstâncias de bolseiros pós-doutoramento em funções há mais de três anos.” Além de ser uma medida que deixa de fora grande parte do problema, constitui um indicador de que a contratação a termo não é vista como uma forma de precariedade, verificando-se, neste caso, a substituição de uma forma de precariedade por outra.

A FENPROF não aceita que, com base em “especificidades”, se deixem de fora grupos de trabalhadores, como se houvesse campos onde o combate à precariedade não se deva promover, onde a precariedade seja considerada como “natural” e aceitável.

A FENPROF considera que se impõe uma transposição da diretiva 1999/70/CE que garanta a prossecução dos seus objetivos e aplicável também a setores como o ensino superior e a investigação científica.

É necessária uma rigorosa verificação das categorias e formas contratuais adotados pelas instituições do ensino superior, acompanhada pela criação de condições orçamentais que não estimulem o recurso à precariedade, no respeito pelos requisitos habilitacionais requeridos.

Relativamente à situação dos bolseiros de investigação são necessários passos mais ousados na opção por relações de trabalho estáveis.■

(Texto adaptado de documento do SN da FENPROF, de 22 de fevereiro)



Conselho Geral aprova orçamento para 2017

Reunido a 23 de fevereiro. O Conselho Geral do SPGL aprovou, por 18 votos a favor e 4 abstenções, o Orçamento do sindicato para o ano de 2017. Também o Conselho Fiscal, em 30 de janeiro, votou favoravelmente e por unanimidade o relatório apresentado.

Foi particularmente sublinhado o facto de o ano de 2016 ter terminado com um saldo positivo de 127000 euros, invertendo-se assim a tendência de resultados negativos dos últimos anos.

O orçamento para 2017 prevê que se atinja um saldo positivo de cerca de 27000 euros.

Os conselheiros consideraram ainda assim preocupante o facto de o valor da quotização ter tido em 2016 um aumento inferior ao previsto e estar previsto um aumento de apenas 0,52% para 2017. Considerando que os números relativos a 2016 podem ainda ser um pouco melhorados com a resolução de questões administrativas junto dos bancos (trata-se de sócios que descontam por transferência bancária), a direção reconheceu a necessidade de um forte trabalho na sindicalização de novos professores e na manutenção como sócios dos que se aposentam.

O Conselho Geral considerou positivo o crescimento do número de delegados sindicais que, contudo, continua longe do desejável.■

8 de março - Glass Ceiling e reprodução do poder social no masculino

O papel da Escola no exercício de reflexão crítica e na denúncia de formas de dominação e hierarquização social

Brígida Batista
Dirigente do SPGL

A história humana é, desde os seus primórdios, profundamente marcada pelo patriarcado. Culturas inteiras, civilizações e organizações foram ao longo dos tempos moldadas por um conjunto de crenças de que as características masculinas are the best, o que levou à consolidação de uma concepção da pessoa e desempenho social em função do gênero. Por outras palavras, criou-se uma divisão do trabalho, uma separação dos espaços e expectativas relativamente a habilidades, capacidades e competências imanentes a uma questão de gênero. Apesar da igualdade jurídica entre homens e mulheres passar a estar instituída com a Revolução de Abril, na prática a sociedade manteve uma visão estereotipada do masculino e do feminino com sinais de mudança muito ténues na esfera pública e ainda menores na esfera privada. Registaram-se efetivamente algumas transformações, aquém do desejável, no domínio socioprofissional, mas a sua repercussão é consubstanciada pela reduzida participação e pela invisibilidade das intervenções das mulheres na esfera pública. Neste sentido, basta constatar-mos que nas nossas Escolas, embora maioritariamente o corpo docente seja feminino, os cargos de direção de topo estão predominantemente nas mãos de elementos do sexo masculino. Neste mesmo contexto, Apple (2002: 27)¹ considera que *as provas de discriminação contra as mulheres no mercado de trabalho são consideráveis e verificá-las é uma tarefa penosa. Como é óbvio, este padrão reproduz-se, de forma vasta, na área da educação. Mesmo tendo em conta os anos de luta de mulheres e homens progressistas, os números – a maioria dos quais é bastante familiar a muitos leitores – são humi-*

lhantes. Embora a esmagadora maioria de docentes sejam mulheres (um número que sobe ainda mais nas escolas de todo o ensino básico), existem muito mais homens diretores. Os cargos de topo de gestão escolar são socialmente mais valorizados que o próprio exercício da docência, ser diretor@ não é o mesmo que ser professor@.

Os homens, embora em minoria, continuam a deter o poder, o que a leva a afirmar que também as escolas apresentam o fenómeno designado por *teto de cristal* pois, constata-se que *a administração educacional apresenta-se com uma estratificação interna evidente, posto que aqueles que se encontram no topo e se dedicam à produção e divulgação de conhecimentos são homens e aqueles que estão na base são usualmente mulheres e centram-se num saber instrumental da profissão* (Gomes, 1996: 94-95)².

O paradoxo das escolas trabalharem no feminino mas formarem no masculino, o fenómeno de sub-representação das mulheres e de circunstâncias que condicionam a sua ascensão a determinadas posições de liderança na estrutura organizacional das escolas, é frequentemente desmentido pelo discurso do senso comum, pela comunidade educativa e pela sociedade em geral pelo facto, entre outros, de as mulheres serem escolhidas para colaboradoras, assumindo *papéis de alguma visibilidade e exercendo funções de liderança intermédia que as colocam em contacto direto e frequente com a comunidade educativa* (Correia & Costa (2005: 99)³.

As instituições escolares, embora mistas, podem classificar-se como organizações androcêntricas. A escola reflete valores e significados da cultura masculina, dos tradicionais estereótipos de gênero segundo os quais os homens estão mais vocacionados para as tecnologias e a autoridade e as mulheres para as rela-

ções e a afetividade. Na cultura escolar a masculinidade está ligada à autoridade, de maneira que a estrutura do poder está condicionada pela dimensão de gênero.

A menor presença das mulheres em cargos de gestão tem sido alvo de várias explicações teóricas que se podem sintetizar em três perspetivas: centrada no indivíduo, centrada na situação e centrada na cultura organizacional. Na primeira, encontramos como barreiras sociais os estereótipos sexuais sobre a menor capacidade de liderança das mulheres e o seu menor empenhamento para com a carreira e os níveis significativos de conflito entre trabalho e família derivados da interferência e sobrecarga de papéis. Na perspetiva centrada na situação, evoca-se, entre outras razões, a menor oportunidade de formação e desenvolvimento de competências, a inexistência de planos e oportunidades de carreira direcionados para as mulheres e a carência de formas de organização de trabalho flexíveis ou políticas de apoio à família. Por sua vez, na dimensão centrada na cultura organizacional, enfatizam-se as relações de poder e autoridade desiguais entre homens e mulheres, o sistema de valores patriarcal, a cultura organizacional “hostil” à conciliação trabalho e família, os modelos de carreira culturalmente “masculinos”, caracterizados pela valorização de longas horas de trabalho e pela progressão linear e contínua até ao topo da organização e/ou profissão e, ainda, as formas subtis de discriminação e assédio sexual.

Efetivamente, as teorias da gestão têm por base o paradigma androcêntrico, em que os atributos necessários para uma liderança forte e eficaz refletem as necessidades de autonomia, competência e domínio que são o objetivo principal do desenvolvimento masculino, traduzidas segundo o arquétipo do *Guerreiro* (Helgesen, 1993)⁴, o herói tradicional que luta no campo de batalha com o fito

de dominar e ganhar, definindo assim a sua própria essência na individualidade, na proeza e no reconhecimento da sua própria importância. Justifica-se deste modo a percepção dos diretores, e do MEC, de que um órgão unipessoal é garantia de uma *liderança forte*. Contraposto ao *Guerreiro*, surgiu a *Mártir* (Helgesen, 1993⁵, o arquétipo feminino da heroína, com base nos estudos de Jung, que se define nos seus deveres fundamentais de proteção, sacrifício, sofrimento redentor e a aceitação de que só se define *com e para o outro* e, consequentemente excluem-se os atributos próprios da feminilidade como as que definem um bom gestor. A vontade de domínio, a agressividade, a frieza e a racionalidade, qualidades habitualmente atribuídas aos homens, contrapõem-se à menor combatividade, à falta de espírito de iniciativa, à falta de disponibilidade total da mulher para o trabalho e ao facto de serem demasiado emocionais. Contrapõem-se a razão à emoção e justifica-se a menor competência e fraco desempenho das mulheres materializando-se em meros preconceitos sexistas. Para além disso, há a acrescentar que os homens, por muito que apoiem a igualdade de direitos, continuam a considerar que o seu compromisso prioritário é manter a tradição patriarcal, portanto, de uma forma consciente ou inconsciente, assessoram, impulsionam e promovem outros homens, constroem como que uma linha de *sucessão masculina*, pois projetam-se no futuro através da atribuição do poder àqueles que refletem a sua própria imagem Nicolson (1997: 197)⁶. Efetivamente, não são as diferenças entre homens e mulheres propriamente ditas que, por si só, provocam desigualdade nas relações de poder, as quais se traduzem em diferentes oportunidades para ambos os sexos quer na esfera pública (e falamos das assimetrias no mundo do trabalho) quer na esfera privada, na família, onde, por vezes, estas assimetrias ainda são mais notórias. Estas surgem no momento em que a sociedade atribui um valor a estas diferenças. O acesso igualitário das mulheres aos cargos de topo das organizações passa unicamente pela necessidade de mudança cultural de forma a se poder modificar as variáveis do contexto organizacional que permitam às mulheres deixarem de estar enquadradas num determinado estereótipo que até agora as tem estigmatizado. Apesar de os homens historicamente terem vindo a deter a predominância de

posições de liderança nas organizações, não se pode concluir que os homens têm vantagens sobre as mulheres para desempenhar papéis de liderança; o que provavelmente podemos constatar, através de diversas investigações até agora realizadas, é que a maioria das mulheres tendem a exercer a liderança de uma forma diferente da maioria dos homens. No entanto, outros estudos apontam a tese de que os estilos de liderança entre homens e mulheres são mais parecidos do que distintos e que a maioria das diferenças encontradas explicam-se por fatores situacionais e de contexto e não por questões de sexo ou de género. Impõe-se à Escola, enquanto espaço privilegiado de educação para os valores, para a cidadania, igualdade de oportunidades e democracia, combater a reprodução dos estereótipos sociais de carácter elitista e salientar a sua função social na promoção de processos educativos que formem cidadãos e cidadãs críticos e atuantes e na implementação e desenvolvimento de uma pedagogia participativa e democrática. A organização escolar precisa de um novo tipo de herói que reúna as qualidades do *Guerreiro* e da *Mártir*. Esse novo herói é o *Mago*, em que perdem sentido as dualidades e se abre caminho para a substituição de um modelo de gestão, que se diz democrático, mas em que impera um estilo de comando e controlo apertado, centralizado num órgão unipessoal e excessivamente hierárquico que apenas potencia a competição na escalada do “sucesso”, por um outro paradigma assente num estilo de liderança efetivamente democrático, promotor de participação, empenho, sentido crítico e responsabilidade. *Concomitantemente*, constata-se que, para combater o fenómeno do *glass ceiling*, é necessário que as organizações escolares sejam assumidas como estruturas organizativas que potenciam as relações em rede e ajudam a resolver os problemas de forma construtiva e com êxito, mais colaborativas e cooperativas, abertas ao diálogo, características diretamente relacionadas com as práticas de gestão colegiais e descentralizadas, sem qualquer tipo de estereotipização elitista, exigências privilegiadas nas organizações *do hoje e do amanhã*. Não podemos afirmar que se aplica o conceito de democracia ao modelo de gestão dos estabelecimentos de ensino portugueses, imanente da Revolução do 25 de Abril de 1974, quando marcadamente assenta a liderança num órgão unipessoal, de cariz androcêntrico, que favorece relações

assimétricas de poder entre homens e mulheres, entre professores e professoras, entre alunos e alunas, numa lógica centralizadora em que se apropria e detém o poder de *posição oficial*, o poder de *especialista*, o poder *pessoal*, o poder de *controlo das recompensas* e o poder *coercivo*, e sem que estejam presentes tês princípios fundamentais, a saber: eleição, colegialidade, participação na decisão.

Retomando a questão, “porque acedem tão poucas mulheres a cargos de gestão escolar?”, convém também salientar que a organização escolar tem sido abordada segundo perspectivas pouco atraentes, escassamente relevantes, excessivamente abstratas, marcadamente androcêntricas, concebidas e utilizadas por homens, e nada eficazes para compreender e transformar a prática escolar de forma a que incluam conteúdos, procedimentos, valores, atitudes e comportamentos orientados para a compreensão, promoção e defesa dos direitos humanos. Num universo cada vez maior de estudantes do género feminino, quer a nível do ensino secundário quer a nível universitário, que modelos de referência lhes oferecemos? Como assumimos tão facilmente que não existem desigualdades e/ou assimetrias nas relações de poder quando são necessários normativos legais que se propõem reparar essa dita a paridade e igualdade de oportunidades? A Escola tem como missão a desconstrução de estereótipos de género, alterar as percepções e práticas de comportamentos discriminatórios, reforçar a promoção dos direitos humanos, da igualdade de direitos e oportunidades, da autodeterminação, da dignidade humana e o livre exercício de uma cidadania plena, ativa e participativa, no quadro de uma Escola Pública e de uma sociedade democrática. ■

¹ Apple, Michael (2002). “Manuais Escolares e Trabalho Docente: Uma Economia Política de Relações de Classe e de Género na Educação”. Lisboa: Didáctica Editora.

² Gomes, Rui (1996). “Teses para a Agenda de Estudo da Escola”. In João Barroso et al. (Org.). O Estudo da Escola. Porto: Porto Editora, 87-107.

³ Correia, Ana Maria & Costa, Jorge Adelino (2004). “Liderança Feminina nas Escolas de Macau: Uma Abordagem Exploratória.” Revista Portuguesa de Investigação Educacional, vol. 3, 88-109.

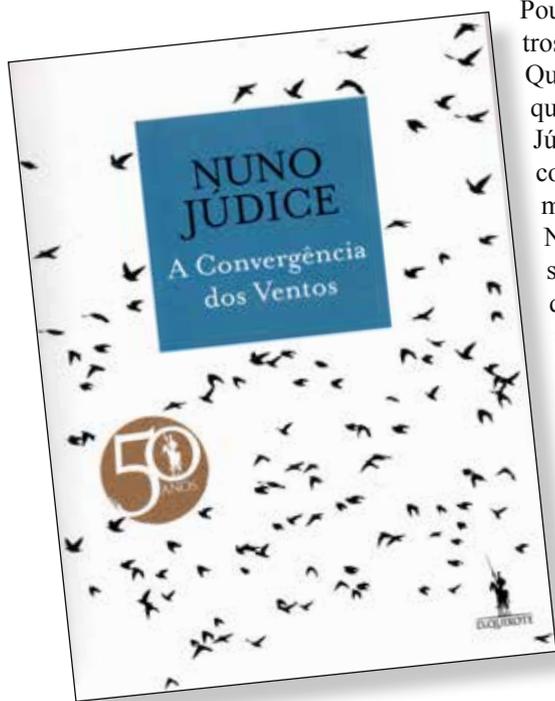
^{4 e 5} Helgesen, Sally (1993). “La Ventaja de Ser Mujer. Formas Femeninas del liderazgo”. Barcelona: Ediciones Granica.

⁶ Nicolson, Paula (1997). “Poder, Género y Organizaciones: Se Valora a la Mujer en la Empresa?”. Madrid: Narcea, S. A. De Ediciones.

Nuno Júdice

A convergência dos ventos (D. Quixote, 2015)

Os ventos convergem nos poros do poema que é onde nasce a beleza



Paulo Sucena
Presidente do Conselho Geral do SPGL

Permitam-me que as breves notas de leitura de *A Convergência dos Ventos*, de Nuno Júdice, (D. Quixote, 2015) sejam guiadas pelo testemunho do poeta que Paula Morão e Cristina Pimentel integraram no livro “Matrizes Clássicas da Literatura Portuguesa”, cuja coordenação científica é da responsabilidade de ambas. Diz Nuno Júdice: “Na altura em que se adquirem os modelos que irão funcionar ao longo da vida, que é a adolescência e o ensino liceal, adquirir uma cultura clássica que foi acompanhada por leituras de que a *Odisseia* e a *Eneida* foram marcantes. (...) No aspecto formal, adquirir o gosto pelo poema longo através da Ode, da Elegia e do género épico que me levou a nunca separar a poesia e a História. E a permanência na nossa cultura desta tradição fez-me aprender a actualizá-la na leitura da lírica camoniana e em modelos mais recentes como

Pound, Rilke, Jorge Sena, entre outros”. (pag. 549)

Quer *A Convergência dos Ventos* quer a restante poesia de Nuno Júdice comprovam o que o poeta confessa neste excerto do testemunho que fecha a obra citada. Na verdade, a presença dos clássicos greco-latinos aflora frequentemente nos poemas de *A Convergência dos Ventos*, desde a estrutura e ritmo de muitos deles até ao pormenor da organização lexical de um verso, quando, por exemplo, o enunciador diz que *vai à procura de eurídice das unhas grandes*. Gostaria, porém, de acrescentar aos nomes dos poetas mais recentes, em cujos modelos Nuno Júdice diz actualizar aquela tradição, o de

Hölderlin que com frequência me veio à memória durante a leitura deste livro. Livro que, no meu entender, exige do leitor a capacidade de discernir, como queria Walter Benjamin, a “passagem da unidade funcional da vida para a unidade funcional da poesia”. Essa capacidade de leitura tem de caminhar a par com a percepção de que não há osmose entre a vida e a arte, mas sim uma intermediação operada pelos cânones da poética que dotam o corpo do poema de uma vida outra que respira plenamente na arquitectura das palavras. Por isso, a poesia de Nuno Júdice não pode nem deve ser confinada por detalhes biográficos que nela surjam, como os relativos ao seu Algarve natal (*terraços do sul; açoteias do litoral; caranguejos da ria; pedras polidas da ria; apanhadores de ameijoas; pescador de enguias; apanhadora de juncos*), porque no poema tudo se transfigura e renasce com a sua própria identidade, na esteira do comando rilkiano segundo o qual ou o poeta é capaz de se transmutar em palavras ou o poema ficará irremediavelmente aquém.

Nuno Júdice opera essa transmutação ao longo de *A Convergência dos Ventos* com grande mestria. O poeta sabe que a matéria do poema pulsa no mundo e quando a descobre logo se apronta para a colher como se fosse o vindimador que corta *os cachos de névoa que/caem sobre a terra para os pôr no carro do poema, e depois levá-los para a adega abandonada do sonho/para os transformar num vinho de palavras/feitas com as sílabas mais líquidas, as que se/podem beber pela taça da estrofe*. Mesmo os poemas de Nuno Júdice que aparentemente mais se enraízam na vida e nos seus múltiplos corredores surgem-nos como objectos, singulares e autónomos, com uma singular beleza resplandecendo na desordem cinzenta da vida.

E já que falo da arte de Nuno Júdice no manejo da palavra, devo confessar que alguns dos momentos da leitura de *A Convergência dos Ventos* que mais intensamente me fascinaram foram aqueles em que o poeta aborda os desconcertos do mundo, em poemas como “Idade de Ferro”, e da sua leitura me fica a sensação de que ele conseguiu concretizar o sonho de Carlos de Oliveira de dar às *palavras de ferro a leve têmpera do vento*.

De outro ângulo, a poesia de *A Convergência dos Ventos* reafirma de forma clara a centralidade do sujeito da enunciação sem todavia esquecer a fala de outros eus que tecem um eficaz diálogo através do que poderia dizer ser, usando palavras de um poema de Herberto Helder, uma hábil *manobra das vozes*. Esta é uma poesia que exige que o leitor a olhe como um artefacto artístico que por si próprio comunica, enquanto arte, com os outros humanos que, tal como o poeta, se movem no mundo e suas circunstâncias. Leitura que o próprio Nuno Júdice legitima quando escreveu que nunca separou “a poesia e a História”. Nesse sentido, há na poesia de Nuno Júdice um fino e veemente questionar do tempo, acompanhado de

reflectidas interrogações sobre a vida e a sua efemeridade (“A nuvem da vida”), o amor, desde a memória do amor ao amor em acto, a morte, a esperança e o desespero, a divindade (“Catecismo Negativo”) que faz dela nossa contemporânea, enfrentando um tempo de escassez com a fecunda riqueza das palavras, como quem sabe e não se interroga, ao contrário de Hölderlin, *para que servem poetas em tempo de indigência* (Tradução de Maria Teresa Dias Furtado de um verso da elegia “O Pão e o Vinho”, de Hölderlin).

Gostaria ainda de assinalar uma outra vertente da poesia de *A Convergência dos Ventos*, a da busca dialéctica de algo que ficou ou se perdeu no passado e que o poema recupera e torna redivivo no fulgor das imagens e de todo o arsenal retórico que faz de Nuno Júdice um dos nossos melhores poetas contemporâneos, um hábil construtor de uma linguagem aberta à circunstância histórica que do presente se projecta no futuro.

É de justiça acrescentar que em *A Convergência dos Ventos*, o poema engendra sempre um clima que permite que a emoção e as vivências mais profundas fiquem sustidas na sua intensidade pelas malhas com que a arte de Nuno Júdice lança as arquitraves do poema. Seja a

voz do poeta uma voz de amor ou de morte, de perda ou desencontro (leia-se essa admirável “Taça de Melancolia”, poema que me trouxe à memória a inigualável carta do Cônsul do romance “Debaixo do Vulcão”), de partilha ou solidão, de evocação ou ácida ironia (o poema “Austeridade” é um primor de ironia culta).

Outro aspecto que me parece necessário relevar em *A Convergência dos Ventos* é a sutileza e a magia com que o poeta recria o passado aliadas à arte com que nos fala de um presente fruste que gera incerteza no futuro, como acontece no primeiro poema do livro em que *as mulheres pálidas da madrugada* que só conhecem *o cais da noite* sonham com um porto onde nunca chegarão; ou nos fala da carência humana tão bem expressa no poema “Regresso a Hölderlin”; ou nos chega através de uma voz repassada de melancolia, como no poema “Balanço”, um dos mais marcados pela disforia, falando-nos dos *funerais do mundo, do cortejo/de crianças abandonadas que se vai desfazendo/nos desertos do mundo, das casas em ruínas, só pedras que não guardam um vestígio de vidas que se foram*.

Creio que *A Convergência dos Ventos* respira de algum modo sob uma tensa

harmonia entre o que a memória reproduz e o ver objectivo produz. Dito de outro modo, estamos perante uma poesia que se equilibra, sustentada por uma poderosa e eficaz imaginística, entre um passado e um presente de onde o poeta parte, consciente de que

*Continuo em frente para
Onde me esperam os novos funerais
do mundo*

Nuno Júdice, sabendo que é possível a comunicação entre os humanos, qualquer que seja a circunstância histórica, assume-se, como todos os grandes poetas, um fazedor de mundos, os seus poemas, que constrói com palavras diria que renascidas na sua mão, sejam de júbilo ou amargura, de nostalgia ou esperança, de ironia ou crueldade, e fá-las explodir, por vezes de forma deslumbrante, no universo dos seus leitores a quem deixa um ethos poético outonal, mas ondulado ao vento da primavera e ao vento do verão, ventos que sopram de múltiplas formas e convergem nos poros do poema que é onde nasce a beleza.■

Lisboa, 13 de Dezembro 2016

Persistência da FENPROF junto do ME permitiu, finalmente, corrigir a aplicação da norma...

Há anos que a FENPROF vem chamando a atenção dos responsáveis do ME para a necessidade de o Artigo 103.º do ECD, sobre faltas por doença, ser aplicado corretamente. A administração educativa, por norma, tem aplicado erradamente o que nele se dispõe, com prejuízos graves para professores que, por terem estado doentes, em sede de concurso viram descontado tempo de serviço, indevidamente, descendo muitos lugares na lista graduada.

Ora, em situações em que diplomas específicos, como o ECD, dispõem de forma diferente da lei geral, a lei específica impõe-se e esta, pelo que se encontra estatuído, impede perdas de tempo de serviço por motivo de doença.

A FENPROF denunciou esta ilegalidade e nunca desistiu de lutar, junto do governo anterior, pela aplicação correta da norma, mas aquele, em mais uma das

inúmeras manifestações de desrespeito pelos professores, entendeu penalizar os professores, mesmo sabendo que o fazia ilegalmente.

Por iniciativa da FENPROF, esta questão foi reposta no âmbito do processo negocial do regime de concursos, dada a sua pertinência nesse contexto, sendo uma das matérias em que foi possível chegar a acordo com o ME. Está aí, finalmente, a circular que vem repor a legalidade para o futuro. Assim, o facto de o tempo de serviço, ilegalmente reduzido, ter consolidado em relação a concursos anteriores, não se traduz num erro para sempre, devendo, no concurso a realizar este ano (2017), professores e escolas proceder de forma a corrigir esse mesmo erro, sendo contabilizado o tempo indevidamente retirado aos professores por incorreta aplicação do Artigo 103.º do ECD.■

Artigo 103.º

Prestação efectiva de serviço
Para efeitos de aplicação do disposto no presente Estatuto, consideram-se ausências equiparadas a prestação efectiva de serviço, para além das consagradas em legislação própria, ainda as seguintes:

- Assistência a filhos menores;
- Doença;**
- Doença prolongada;**
- Prestação de provas de avaliação por trabalhador-estudante abrangido pelo n.º 1 do artigo 101.º;
- Licença sabática e equiparação a bolseiro;
- Dispensas para formação nos termos do artigo 109.º;
- Exercício do direito à greve;
- Prestação de provas de concurso.»

Consulte em www.spgl.pt o texto integral emanado da DGAE

DIETER ALEXANDER BEHR*: A ciência deve estar comprometida com os princípios éticos e morais. Estes consistem na defesa dos direitos humanos



Integrado no programa Activisms in Africa, que decorreu no ISCTE (Lisboa), o professor austríaco Dieter A. Behr veio fazer a apresentação do livro *Refugié* do congolês E. Mbolela (ainda não há edição em língua portuguesa; a versão em francês pode ser adquirida no SPGL) Escola Informação aproveitou a sua presença para a entrevista que se segue.

■ *Entrevista conduzida por António Avelãs*

Uma das suas participações no *Activisms in Afrika* foi a apresentação do livro de Emmanuel Mbolela com o significativo título de *!Refugié!*, na edição francesa. Vivendo no centro da Europa, de que dependem as grandes decisões, como explica a atual situação dos refugiados?

Antes de tudo, quero dizer que o livro de Emmanuel Mbolela foi um grande sucesso. Devido à enorme procura, tivemos de fazer várias reedições aqui em Viena. O nosso objetivo principal é esclarecer o público sobre a situação dos refugiados e dos migrantes. É por isso que visitamos regularmente escolas e outras instituições educativas em todo o território de língua alemã. Para nossa grande alegria, o livro também foi recentemente publicado em francês pela editora parisiense Libertalia. Esperamos, é claro, que em breve haja igualmente uma tradução em português, para que os nossos colegas e amigos em Portugal, no Brasil e noutros países de língua portuguesa possam lê-lo. E que nós o possamos apresentar também nesses países. Mas, respondendo à pergunta: no Outono de 2015, os movimentos migratórios abalaram, por um curto período, a gestão das migrações da UE. Ninguém esperava que isso pudesse acontecer. Milhões de pessoas reclamaram o seu direito de procurar a segurança fugindo da guerra e do terror. Também nós, na Áustria, participámos solidariamente nesses movimentos: espontaneamente, milhares de pessoas voluntariaram-se para ajudar nas principais estações ferroviárias de Viena e assim garantir aos migrantes uma continuação segura da sua viagem ou uma boa chegada.

O acordo Europa-Turquia sobre os refugiados preocupa-o?

Sim, é verdade, esse acordo preocupa-nos muito. Porque agora, um ano e meio após os grandes movimentos de refugiados, há

desilusão: as fronteiras estão fechadas e, além disso, devido ao acordo de migração UE-Turquia, dezenas de milhares de pessoas estão bloqueadas no Médio Oriente e nas ilhas gregas. Aquelas que, mesmo assim, conseguem passar ilegalmente para a Grécia e depois tentam, pelos Balcãs ou pela Bulgária, passar para a Áustria ou para a Alemanha, ficam extremamente vulneráveis devido às baixas temperaturas de Inverno. Já houve pessoas que morreram de frio nas montanhas búlgaras. É preciso dizer também que o acordo UE-Turquia não é o único acordo migratório feito com países terceiros. Para travar o fluxo de migração, a UE está a tentar agora, ao abrigo do chamado processo de La Valetta, fechar acordos migratórios com uma série de estados africanos, entre outros com o regime autoritário do Sudão. Há ainda a registar o trágico balanço de que 2016 foi, até agora, o ano com o maior número de mortes por afogamento na região do Mediterrâneo.

Sendo professor universitário, que contributo podem dar a ciência e os intelectuais para a solução dos grandes problemas mundiais?

Eu acho que o papel das universidades, dos cientistas e intelectuais pode ser crucial. No entanto, isso requer que as universidades se abram e não se tranquem numa torre de marfim. Precisamos de uma universidade dedicada que procure ativamente a cooperação com os sindicatos e os movimentos sociais. Os conservadores afirmam frequentemente que a ciência tem de ser “neutra”, enquanto eu estou convencido de que a ciência deve estar comprometida com os princípios éticos e morais. Estes consistem na defesa dos direitos humanos universais. Um grande exemplo disto é, para mim, o sociólogo suíço Jean Ziegler. Ele está convencido de que a sociologia crítica tem de se colocar sempre na perspectiva dos oprimidos.

Em algumas das comunicações do *Ac-*

***tivims in Afrika* o Ocidente é apresentado como “predador”, primeiro como potência colonizadora, agora como exploradora através de megaprojetos conduzidos pelas multinacionais. Acha esta análise objetiva ou fundamentada?**

Sim, estou convencido de que esta análise está correta. Após a descolonização dos anos 60 e 70, a situação política internacional teve de ser reorganizada para permitir a continuação do acesso dos países ocidentais às matérias-primas. Tudo isso aconteceu no contexto da Guerra Fria. Quaisquer tentativas de emancipação das antigas colónias foram implacavelmente suprimidos. Um de muitos exemplos: o primeiro-ministro do Congo, Patrice Emery Lumumba, foi assassinado em 1961 com ajuda do exército belga e dos Serviços Secretos dos Estados Unidos. Desde então, o Congo nunca mais voltou a encontrar o seu caminho para a democracia. No entanto, para o Ocidente, este estado de caos político é perfeitamente funcional: sejam eles o ouro, os diamantes, o cobre ou o *coltan*, as reservas naturais do país continuam a ser vergonhosamente exploradas enquanto que a maioria da população local vive na pobreza. Os atuais movimentos migratórios do continente Africano para a Europa mostram que as possibilidades de emancipação e justiça, que havia há 50 anos, não puderam ser concretizadas. Em vez disso, em muitos países está no poder uma elite corrupta, que é apoiada pelos poderes hegemónicos ocidentais. Esta é uma das principais razões que levam as pessoas a abandonar as suas terras. Mas há esperança: no Burkina Faso, por exemplo, o povo conseguiu expulsar em 2014, ao fim de 27 anos de autocracia, Blaise Compaore, ditador de longa data e aliado próximo da França. ■

Tradução de Monika Weissler

* Professor na Universidade de Viena, membro de Netzwerk Afrique Europe Interact

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos
SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
●Tel: 213819100
●Fax: 213819199
●spgl@spgl.pt
●Direção: spgl@spgl.pt
●www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
●TEL: 21 381 9129
●apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
●TEL: 21 381 9127
●contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
●TEL: 21 381 9109
●servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
●TEL: 21 381 9100
●servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
●TEL: 21 381 9119
●fenprof@fenprof.pt

Direção Regional de Lisboa
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100 Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direção Regional do Oeste
●Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B 2500-
329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240 E-Mail:
caldasrainha@spgl.pt
●Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906 E-Mail:
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

●Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt

●Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq. 2000-
232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
santarem@spgl.pt

●Tomar
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656 E-Mail:
tomar@spgl.pt

●Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290 E-Mail:
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

●Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c 2830-336
Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368 E-Mail:
barreiro@spgl.pt
●Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865 E-Mail:
almada@spgl.pt

Legislação

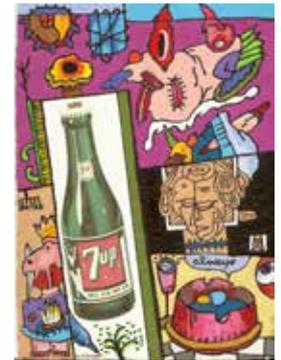
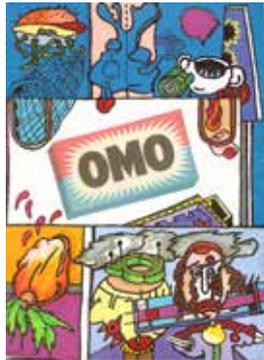
I Série

- **Resolução da AR n.º 9/2017 de 26/01**
Recomenda ao Governo a uniformização do calendário escolar do ensino pré-escolar e do ensino básico
- **Decreto-Lei n.º 14/2017 de 26/01**
Altera o regime jurídico do Sistema Nacional de Qualificações e define as estruturas que asseguram o seu funcionamento
- **Resolução da AR n.º 14/2017 de 07/02**
Recomenda ao Governo a defesa e valorização da escola pública
- **Resolução da AR n.º 15/2017 de 07/02**
Recomenda ao Governo que melhore o acesso aos cursos do Ensino de Português no Estrangeiro e promova a sua qualidade pedagógica
- **Resolução da AR n.º 16/2017 de 08/02**
Recomenda ao Governo uma política ativa, eficaz e global de defesa e projeção da Língua Portuguesa
- **Resolução da AR n.º 17/2017 de 08/02**
Recomenda ao Governo medidas para a internacionalização da Língua Portuguesa e o desenvolvimento da rede do Ensino Português no Estrangeiro
- **Portaria n.º 62/2017 de 09/02**
Portaria que atualiza os montantes do abono de família para crianças e jovens, do abono de família pré-natal, e respetivas majorações, e do subsídio de funeral

II Série

- **Declaração de Retificação n.º 55-A/2017 de 20/01**
Declaração de retificação do Despacho n.º 843-A/2017, de 12 de janeiro, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 10, de 13 de janeiro de 2017
- **Despacho n.º 1280/2017 de 06/02**
Criação de Comissão Especializada para proceder à avaliação do regime especial de proteção na invalidez
- **Despacho Normativo n.º 1-A/2017 de 10/02**
Aprova o Regulamento das provas de avaliação externa e das provas de equivalência à frequência dos ensinos básico e secundário

ESPAÇO António Borges Coelho (Galeria SPGL)



Exposição

DO YOU LOVE POP ART? António Viana

Inauguração 16 de março . 18h00 . Espaço ABC

“A Pop Art é da ordem do panfleto da provocação ou da poesia”.

Marcel Broodthaers

Com 13 anos de idade António Viana recolhe e coleciona rótulos e embalagens de publicidade, e hoje 50 anos depois delicia-nos nesta exposição com a memória desse tempo, integrando as imagens das latas da SARDINES, manteiga VAQUEIRO, os fósforos CLUBE, a oferta SONASOL, e o detergente OMO entre outros produtos, na sua pintura. Há poucos artistas desta geração que tenham um itinerário tão rico e diversificado. É manifesto o espírito experimental do artista que percorre a estrada da arte contemporânea em Portugal desde os anos 80 abordando aspectos lúdicos muito próximos da Pop Art.

Numa linguagem solta o artista diverte-se e diverte-nos com temáticas urbanas e de consumo em que as personagens e os elementos se misturam “num espaço com pai-

sagens ao fundo”... (A. Viana), como num filme a cores e a preto e branco animado por delírios futuristas, num turbilhão de situações que nos convida à cumplicidade lúdica de espectadores.

No leque de referências utilizadas fica o registo e a impressão digital de um *voyeur* incorrigível que transporta para os quadros a criativa, e actual estética da comunicação multimédia.

Na construção dos objectos /esculturas encontramos o artista *performer* envolvido no espaço expositivo já com a preocupação do olhar do espectador e é nestas *tournées* pelas várias galerias e instituições culturais no país e no estrangeiro, que no próximo espectáculo/exposição terá lugar desta vez

...

Minhas senhores e meus senhores o espectáculo vai começar...

Carlos Barroco
Lisboa 2010



Zeus: venha ver connosco este filme

Numa das salas do Amoreiras, no dia 30/3 às 16h. Após a projecção haverá debate com o realizador Paulo Filipe Monteiro. O bilhete custa 4€As inscrições podem ser feitas através do email: spglidr@spgl.pt.

Faltas por doença do pessoal docente com vínculo de emprego público (aspectos mais importantes)

O regime jurídico relativo à matéria supra identificada varia consoante se trate de docentes que se encontram inscritos na Caixa Geral de Aposentações até 31-12-2005 (regime de proteção social convergente) ou de docentes que se encontram inscritos na Segurança Social por terem ingressado na Administração Pública após essa data.

A – Docentes inscritos na C.G.A.

Esta matéria encontra-se regulada no artigo 15º e seguintes do D.L. nº 35/2014, de 20 de junho que aprovou a Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (doravante L.T.F.P.), nos seguintes termos:

Justificação e prazo para a respetiva entrega

1 – A doença é justificada através de comprovativo médico que pode assumir as seguintes formas: declaração passada por estabelecimento hospitalar e Centro de Saúde e ainda pode ser emitido por médicos de outros estabelecimentos públicos de saúde e médicos de qualquer subsistema de saúde da Administração Pública.

2 – O trabalhador tem de apresentar o documento comprovativo da doença **no prazo de 5 dias úteis** a contar do início do impedimento. A sua apresentação pode ser efetuada diretamente no serviço ou remetida através de correio registado, relevando neste último caso a data da respetiva expedição para efeito de cumprimento dos prazos.

A não entrega do comprovativo médico no referido prazo determina a injustificação das faltas dadas até à sua entrada no respetivo serviço.

Efeitos das faltas por doença

1 – São os seguintes os supra referidos efeitos:

- A perda total de remuneração nos 3 primeiros dias de faltas seguidas ou interpoladas, exceto nos casos de internamento hospitalar, cirurgia ambulatória, doença por tuberculose e doença com início no decurso do período de atribuição do subsídio parental que ultrapasse o termo desse período;
- A perda de 10% de remuneração diária, entre o quarto e o trigésimo dia de doença no caso da prévia ocorrência dos três dias sucessivos e não interpolados de faltas referidas na alínea a).
- A perda do subsídio de refeição.

B – Docentes inscritos na segurança social

Esta matéria encontra-se regulada para estes docentes no artigo 14º do D.L. nº 28/2004, de 4 de fevereiro e no artigo 253º e seguintes do Código do Trabalho.

Justificação e prazo para a respetiva entrega

1 - A doença é comprovada através de certificação da incapacidade para o trabalho (CIT) pelos serviços competentes do Serviço Nacional de Saúde, através de documento emitido pelos médicos.

Integram os referidos serviços competentes as entidades prestadoras de cuidados de saúde (por exemplo: centros de saúde, serviços de prevenção e tratamento da toxicod dependência e hospitais, excetuados os serviços de urgência).

No caso de internamento, a referida certificação pode também ser efetuada por estabelecimento particular com autorização legal de funcionamento concedida pelo Ministério da Saúde.

2 – A ausência ao serviço deve ser comunicada ao empregador, logo que possível (cfr. artigo 253º do Código do Trabalho na redação dada pela Lei nº 7/2009, de 12 de fevereiro). Quando previsível a ausência deve ser comunicada com antecedência de 5 dias acompanhada da indicação do motivo justificativo. O incumprimento dos prazos indicados determina a injustificação das respetivas ausências.

O certificado de incapacidade temporária é enviado à Segurança Social **no prazo de 5 dias úteis** a contar da data em que é emitido pelo médico.

Efeitos das faltas por doença

São os seguintes os supra referidos efeitos:

a) O pagamento do subsídio de doença tem início a partir do 4º dia de incapacidade para o trabalho calculado pela aplicação à remuneração de referência de uma percentagem variável em função da duração do período de trabalho ou da natureza da doença, nos seguintes termos (cfr. artigos 16º e 21º do D.L. nº 28/2004 de 4 de fevereiro na redação, que lhe foi dada pelo D.L. nº 133/2012, de 27 de junho):

- Até 30 dias de doença – 55% da remuneração de referência;
- Entre 31 e 90 dias de doença – 60% da remuneração de referência;
- Entre 91 e 365 dias de doença – 70% da remuneração de referência;
- Mais de 365 dias de doença – 75% da remuneração de referência.

Tendo em conta que o regime de faltas por doença não se esgota nas temáticas aqui abordadas, desde já me comprometo a dar a conhecer proximamente outros aspectos desta matéria. De qualquer modo, isso não afasta o eventual recurso aos serviços do S.P.G.L. em caso de eventuais dúvidas. ■



ctt correios

TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTINATO 977798

**PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS**

AUTORIZADO A CIRCULAR
EM INVÓLUCRO FECHADO
DE PLÁSTICO OU PAPEL
DE 000032071CE
PODE ABRIR-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL

*Enquanto há força
No braço que vinga
Que venham ventos
Virar-nos as quilhas
Seremos muitos
Seremos alguém
Cantai rapazes
Dançai raparigas
E vós ativas
Cantai também*

*Levanta o braço
Faz dele uma barra
Que venha a brisa
Lavar-nos a cara
Seremos muitos
Seremos alguém
Cantai rapazes
Dançai raparigas
E vós ativas
Cantai também*